

Diário do Legislativo de 15/03/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Ata do Evento Realizado na 10ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Comemoração do Dia Internacional da Mulher

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATA

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 9/3/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres e da Deputada Lúcia Pacífico

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Homenagem póstuma - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Palavras da Sra. Presidente - Palavras da Secretária Elbe Brandão - Palavras da Vereadora Elaine Matozinhos - Palavras da Deputada Ana Maria Resende - Palavras da Deputada Cecília Ferramenta - Palavras da Deputada Elisa Costa - Palavras da Deputada Maria Olívia - Palavras da Deputada Jô Moraes - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Palavras da Deputada Vanessa Lucas - Entrega de placas - Apresentação musical.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomarem assento à Mesa as Exmas. Sras. Deputada Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para Desenvolvimento dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Vereadora Elaine Matozinhos, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; e as Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Jô Moraes, Lúcia Pacífico, Maria Olívia, Maria Tereza Lara e Vanessa Lucas, autoras do requerimento que deu origem a esta comemoração.

Registro de Presenças

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. e Sras. Gláucia Helena Souza da Silva, Coordenadora Especial de Políticas para Mulheres, da Prefeitura Municipal de Contagem, representando a Prefeita; Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação; Maria Aparecida Andrade Moura, Presidente do PMDB Mulher, representando também Maria Elvira, Presidente do Fórum Mulheres MERCOSUL; Geraldo Affonso Muzzi, Embaixador-Chefe do EREMINAS; Carlos Calazans, Delegado Regional do Trabalho; Márcia de Cássia Gomes, Coordenadora dos Direitos da Mulher; e Gilse Cosenza, Presidente Municipal do PCdoB de Belo Horizonte.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à comemoração do Dia Internacional da Mulher, a requerimento das Deputadas da bancada feminina nesta Casa.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Conjunto de Cordas da Polícia Militar de Minas Gerais.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Homenagem Póstuma

O locutor - A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais prestará homenagem à Irmã Dorothy Stang, que, nesta ocasião, simboliza todas as mulheres assassinadas por estarem engajadas em causas voltadas para a paz, a solidariedade, a justiça e a igualdade.

Em nome do Presidente, convidamos todos a fazerem 1 minuto de silêncio, durante o qual ouviremos o rufar de tambores do Grupo Xicas da Silva, do projeto social Bloco Oficina Tambolé, na homenagem do Poder Legislativo à Irmã Dorothy Stang.

- Procede-se à homenagem póstuma

Palavras do Sr. Presidente

Exmas. Sras. Deputada Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas, neste ato representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Vereadora Elaine Matozinhos, representando o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação, que também nos honra com a sua presença; colegas Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Jô Moraes, Lúcia Pacífico, Maria Olívia, Maria Tereza Lara e Vanessa Lucas; demais companheiros; meus senhores e minhas senhoras; esta Casa tem a tradição de reservar todos os anos, no seu calendário, uma data especial para comemorar o Dia Internacional das Mulheres.

A homenagem que fazemos hoje ao conjunto das mulheres decorre de dois objetivos básicos. O primeiro é o reconhecimento de seu papel imprescindível na sociedade, no contexto familiar, no trabalho, na vida política e nas diversas manifestações de humanidade e de cidadania. O segundo motivo é a nossa plena solidariedade em relação às suas reivindicações e à sua luta pela igualdade de direitos.

Desde 1827, quando a legislação nacional passou a admitir a frequência de meninas nas escolas do ensino elementar; desde 1932, quando o Código Eleitoral Brasileiro abriu caminho para o voto feminino; desde 1951, quando a Organização Internacional do Trabalho aprovou convenção de igualdade de remuneração independente do sexo; desde 1995, quando a nossa lei eleitoral estabeleceu, para as candidaturas femininas, o percentual mínimo de 20% nas vagas apresentadas por partidos ou coligações, as mulheres brasileiras vêm conquistando gradativamente o espaço que lhe é devido. Contudo, sabemos que a desigualdade, o preconceito, a discriminação e a violência ainda estão presentes na vida de grande parte da população feminina em nosso País.

Pesquisas do IBGE mostram, por exemplo, que o assédio sexual ainda é comum nos locais de trabalho; que a violência física e psicológica é freqüente no ambiente familiar; que os salários das mulheres, de modo geral, permanecem menores que os dos homens, embora muitas vezes tenham melhor qualificação e nível de escolaridade mais elevado.

No âmbito da participação política, ainda é bastante reduzida a presença feminina nos casos de representação. Apesar de constituírem a maioria da população e do eleitorado no País, e da garantia de 20% das vagas nas candidaturas, as mulheres brasileiras ocupam apenas 12,6% dos assentos nas Câmaras de Vereadores e somente 7,3% nas Prefeituras.

Trazendo essa baixa representatividade para o contexto da Assembléia Legislativa, verificamos que apenas 8 mulheres fazem parte do conjunto dos 77 Deputados. Por seu trabalho, seus valores e sua visão diferenciada dos problemas com os quais lidamos, elas significam para a Casa muito mais que participação numérica, e merecem uma presença maior entre nós.

Faço questão de citar nominalmente as oito mulheres que, na atual sessão legislativa, honram e engrandecem o parlamento mineiro: Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, Elisa Costa, Jô Moraes, Lúcia Pacífico, Maria Olívia, Maria Tereza Lara e Vanessa Lucas. Não poderíamos deixar de citar também as três Deputadas da atual legislatura que se afastaram para ocupar outros cargos importantes na vida pública mineira: Elbe Brandão, Secretária Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas; Maria José Haueisen, Prefeita de Teófilo Otôni; e Marília Campos, Prefeita de Contagem. Para todas, em nome de todas as mulheres mineiras, peço uma calorosa salva de palmas.

Neste momento, é oportuno lembrar que a Assembléia Legislativa de Minas está sempre disposta a contribuir para as iniciativas e os movimentos ligados às reivindicações femininas. Assim, realizamos no ano passado, nesta Casa, a 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, da qual participaram aproximadamente 600 delegadas eleitas em conferências municipais.

O evento promovido aqui constituiu uma etapa preparatória para a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada pouco depois em Brasília. Esse encontro resultou na elaboração no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, cujas referências básicas estão contidas na cartilha que distribuimos hoje, como parte desta solenidade comemorativa.

Agradeço a presença de todas as pessoas que compareceram a esta solenidade e gostaria de externar a convicção de que a luta das mulheres pela igualdade de direitos e de oportunidades é fundamental para uma conquista maior: a de relações mais justas e mais fraternas entre todos os seres humanos.

Nesse sentido, encerro minhas palavras com um trecho da Carta das Mulheres para a Humanidade, aprovada em dezembro de 2004, no encontro internacional realizado em Ruanda: "Todos os seres humanos são interdependentes, partilham o dever e a vontade de viver juntos, de construir uma sociedade generosa, justa e igualitária, baseada no exercício dos direitos humanos, isenta de opressão, de exclusão, de discriminações, de intolerância e de violências". Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Neste momento será exibido o vídeo "Mulheres do Brasil, Presente!".

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Passo a Presidência dos trabalhos à Deputada Lúcia Pacífico.

Palavras da Sra. Presidente

Agradeço ao Presidente desta Casa a honra de dar continuação a esta homenagem tão importante e querida para nós todas.

Neste Dia Internacional da Mulher, quero falar da mulher que já viveu a sua infância, a sua adolescência e a sua mocidade. Da mulher que já viveu toda uma vida de trabalho, de aperto, de alegria, de sofrimento, de ternura, de mágoa, de dor e de felicidade. Da mulher que já lutou as suas batalhas por equiparação salarial, por igualdade cívica, por cidadania e pela paz.

Quero falar da mulher que aprendeu a domar o tempo e soube conciliar as atribuições de trabalhadora, de esposa, de mãe e de avó.

Quero falar da mulher que, pela força do tempo, perdeu um pouco da agilidade e ganhou alguns cabelos brancos. Mas a mulher de quem vos falo não perdeu o brilho dos olhos nem perdeu a paixão.

A mulher de quem vos falo não perdeu a garra. A mulher de quem vos falo driblou a dor nas juntas, ignorou a dor nas cadeiras e continuou na luta.

A mulher de quem vos falo brigou com a gravidade, desencurvou os ombros e conservou o olhar altivo. A mulher de quem vos falo desafiou a ciência e manteve a mente ativa, o pensamento claro e o propósito firme.

A mulher de quem vos falo escreveu o começo e o meio da sua história. Não escreveu o fim porque, rebelde, se nega a terminá-la.

Reconhece em si a energia e a disposição para continuar. Reconhece em si determinação para ir em frente. Reconhece em si vontade e capacidade para fazer as coisas acontecerem.

A mulher de quem vos falo continua com as mangas arregaçadas. Continua com a mão na massa.

Ela bem poderia estar em casa, descansando de tantas lutas. Ela bem merecia estar em casa, com a consciência tranqüila do dever cumprido. Ela bem poderia estar em casa. Mas não. A mulher de quem falo ainda está com as mangas arregaçadas e continua com a mão na massa.

As minhas duas homenageadas de hoje personificam bem a mulher de quem falo. Elas bem poderiam estar em casa. Mas não. Estão na luta. Com toda a garra, com toda a gana. E com toda a sabedoria que extraíram das suas vivências. Estão na luta e saem por aí espalhando cidadania por onde passam.

Dirce de Oliveira Almeida nasceu em Governador Valadares e, ainda criança, mudou-se para São Paulo com a família. Aos 14 anos, já realizava trabalho voluntário em instituições para crianças carentes. De volta a Governador Valadares, já casada, travou batalhas memoráveis pela melhoria da qualidade de vida dos moradores do Bairro Morada do Vale. Calçaram as ruas e impediram o aterramento da lagoa. Foi membro do Conselho de Saúde por cinco anos. Fundou o Conselho Comunitário de Associações de Moradores de Bairro e, ainda hoje, organiza as ações das diversas comunidades da cidade. É Presidente do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Governador Valadares, em que contabiliza importantes conquistas: abatimento de 3% no preço do combustível, vitória na justiça contra as taxas abusivas cobradas nas contas de água, entre outras. Dirce ficou viúva recentemente, tem uma filha e dois netos.

Maria do Céu Paixão Kupidowski, minha querida "Cecéu", nasceu em Nova Lima, onde, no Liceu Imaculada Conceição, se formou professora. É sócia fundadora do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, em que exerce, hoje, o cargo de Coordenadora Executiva. Também já foi Presidente do Movimento. Representa e defende a causa dos consumidores no Conselho de Usuários da Telemar e junto ao Fórum Nacional das Entidades Cívicas de Defesa do Consumidor. Curiosa e interessada, "Cecéu" dedica tempo à leitura e absorve informações importantes para subsidiar nossas lutas em defesa dos direitos do cidadão. Companheira de primeira hora, "Cecéu" é uma parceira indispensável. É uma guerreira. É líder na sociedade e em casa, onde cuida de tudo e de todos. "Cecéu" é viúva, mãe de cinco filhos e avó de cinco netos.

"Cecéu" e Dirce representam com galhardia todas as mulheres maravilhosas e corajosas que se recusaram a aceitar os limites do tempo e emprestam sua experiência à construção do bem coletivo. Elas representam hoje, nesta reunião solene, cada uma das minhas queridas amigas, mulheres guerreiras, que constroem comigo a realidade do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais.

Quero expressar meu carinho especial às colegas Deputadas, às homenageadas de hoje, às funcionárias da Casa, às amigas e às colaboradoras do meu gabinete, às minhas queridas donas de casa e a todas as mulheres presentes. E quero também expressar meu carinho a todos os homens que souberam compreender a nossa luta e respeitam a nossa caminhada. Obrigada.

Palavras da Secretária Elbe Brandão

Meu abraço fraterno e carinhoso a todos os que se encontram nesta Casa, a Casa da democracia, a Casa da representação legítima de toda a sociedade brasileira.

Exma. Sra. Deputada Lúcia Pacífico, neste ato representando o Presidente da Casa, Deputado Mauri Torres; colega e amiga Elaine Matozinhos, Vereadora em Belo Horizonte, representando a Câmara Municipal; minhas amigas, colegas e companheiras Deputadas Ana Maria Resende, Cecília Ferramenta, que, com tanto carinho, me recebeu em Ipatinga para conhecer as políticas sociais desenvolvidas nesse município, Elisa Costa, Jô Moraes, querida companheira de guerra e de luta pelas mulheres, Maria Olívia, que há mais tempo está nesta Casa, desbravadora, abriu espaço para que muitas de nós pudéssemos tomar um caminho com menos espinhos - esta Casa precisa aplaudi-la -, e em seu nome cumprimento aquelas todas que, como eu, aqui chegaram e se fazem presentes, as companheiras Deputadas Maria Tereza Lara e Vanessa Lucas; meu abraço se estende a toda a sociedade mineira.

Dividirei meu pronunciamento em três momentos. Primeiro, cumprir meu dever de representar, neste ato, o Governador do Estado, Aécio Neves, que tem tido na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais a parceria necessária para a construção de um Estado mais justo, fraterno e humano.

A melhor maneira de comemorarmos o Dia Internacional da Mulher é ressaltando o balanço do Governo de Minas, os avanços dos últimos dois anos, obtidos com muito rigor e muita luta, mas também com otimismo, esperança, fé e trabalho. Esta Casa, em nenhum momento, furtou-se de estar junto com o Governo do Estado e com a sociedade na construção deste novo Estado. O Governador Aécio Neves sempre diz que, independentemente das adversidades que possamos ter, todos estamos do mesmo lado da mesa, olhando para o mesmo horizonte, com uma mesma finalidade, que é construir um outro modelo de sociedade.

Assistimos ao filme que dizia o respeito à transformação. Transformar não é negar um passado nem mudar tudo de lugar, mas é ir além. Não nos compete, neste momento, julgar ninguém no passado, porque cada mulher e cada homem da nossa sociedade, desde aquelas que sofrem nas suas casas ou são espancadas, até aquelas que ganham menos ou que são discriminadas das mais diversas formas, no seu tempo, como estamos no nosso tempo, deram e dão o melhor de si para a sociedade. Não podemos cobrar de nós mais do que podemos dar a nós mesmos, a Minas Gerais, ao nosso Brasil e à nossa humanidade. Entretanto, é necessário o aprendizado permanente de olharmos menos para nosso umbigo e mais para o mundo, para uma dimensão de humanidade que extrapola as fronteiras geográficas. Quando pensamos em uma sociedade virtual e de consumo exagerado, em parâmetros que até pouco tempo eram medidos pela capacidade de consumo da sociedade, hoje o conceito de desenvolvimento sustentável já está incorporado na sociedade mundial. Em uma linguagem simplificada, cito a frase "não herdamos a terra de nossos antepassados, mas a estamos tomando emprestada de nossos filhos". Compete a cada um de nós, membro desta sociedade e habitante deste planeta, fazer o melhor que pudermos.

Tenho certeza de que a população do planeta Terra não está fadado ao extermínio. Se no passado ocorreram as mais diversas formas de genocídio de mulheres e de almas nos países orientais, no Brasil e na América Latina, hoje, vemos claramente a convergência para um modelo de sociedade que está aprendendo com as adversidades a conversar e a construir, sem mentiras, sem vender ilusões e sem vender facilidades.

A nossa capacidade vai além de tentar sobreviver, mas de vivermos não tendo apenas como base os parâmetros materiais, e sim assumindo o fato, já admitido pela medicina, de que há uma alma humana. Até então, isso era visto somente nos livros de poesia. Hoje sabemos que grande parte de doenças como o câncer vem da infelicidade humana.

Esperamos que a mulher, que cria os homens, seus filhos, ao desabrochar, assuma a sua verdade, enfrente os seus problemas e busque de peito aberto esse novo modelo de sociedade. Nossos passos são lentos, mas firmes e permanentes para mudar a sociedade.

Como Deputada Estadual, sinto muita saudade deste Plenário, por isso espero não extrapolar o meu tempo. Mando um abraço fraterno às minhas queridas homenageadas, a Lilita - Maria Mercês de Castro - e a Carmem Lúcia Costa, que não se encontram presentes porque o nosso querido Bispo de Montes Claros, D. José Alves Trindade, faleceu. Ambas desenvolvem políticas públicas de combate ao analfabetismo e à desnutrição em parceria com os Governos Federal e Estadual e com a sociedade civil organizada.

A Carmem representa a Pastoral da Criança. Distribuímos 150 mil litros de leite pasteurizado diariamente à população carente dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas. A seleção dos necessitados não é de competência do Estado. Ele chamou a sociedade civil para realizar o controle social, e foi atendido pela CNBB Leste e pela Pastoral da Criança. A Lilita comanda, em parceria com o Governo Estadual, o Programa Cidadão Nota 10. Participam a nossa Secretaria e a Secretaria de Educação, que está sob o comando da querida Profa. Vanessa, aqui presente.

A média de analfabetismo no Brasil é de 13%. No Estado de Minas Gerais é de 12%. Ao observarmos os índices dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, vemos que 30% da nossa população de jovens e adultos não sabem ler e escrever.

Políticas que visam à inclusão de mulheres de 60, 70 e 80 anos no mundo das letras é maravilhoso. Elas saem com os cadernos nas mãos e vão para a sala de aula aprender a ler e a escrever. Dizem que enxergavam, mas não viam e que "agora ninguém mais engana a gente". A política pública de Minas Gerais, em parceria com a sociedade civil organizada, CNBB, Ministério da Educação e Secretaria de Educação, tem grande capacidade. Estamos avançando numa rede social, entendendo que a mudança só acontecerá se, de fato, todos estivermos juntos e irmanados na busca de uma sociedade mais justa, fraterna e humana.

Por fim, peço licença à Assembléia Legislativa, a todos que aqui se encontram, para falar não como Secretária de Estado ou Deputada Estadual, mas como uma mulher de Minas, do sertão. Aliás, falo como uma mulher que, com muita tristeza, leu no jornal a fala do Presidente Lula pedindo às mulheres que não sejam desafortadas. Pede-nos para não pensarmos logo na Presidência da República. "Vai devagar com essa pressa de poder", disse diante de um público de 8 mil mulheres.

Espero que ele tenha consciência de que foi muito infeliz e, em algum momento, redima-se disso. Tenho certeza de que as Deputadas que aqui estão, que todas nós, quer sejam mães de família quer sejam representantes de entidades de classe, não estamos em busca de poder. Queremos, com nossa força, nossa cara e nosso olhar, dizer "sim" a uma sociedade mais justa, fraterna e humana. Se precisarmos ocupar o cargo de Vereador, de Prefeito, de Deputado, de Governador ou de Presidente até poderemos fazê-lo. Todavia, não vamos discutir aqui cargos ou poder, mas o desejo, a vontade e a luta incondicional para dizermos "não" a uma sociedade injusta, ao preconceito e à discriminação. Ademais, devemos perceber que não estamos na sociedade para discutir gêneros, mas para discutir caráter, respeito e vontade de lutar. Estou certa de que a participação da mulher constitui ponto fundamental para as mudanças não só em Minas Gerais, porque as nossas ações podem causar impacto no País e no mundo. Vejo aqui a minha querida Bebelá, companheira que sempre lutou pelo Conselho Estadual da Mulher.

Não quero ser impertinente; desejo sentir-me com o coração tranqüilo. Por isso, peço a todas as mulheres que se levantem, que fiquem de pé, não em uma atitude de repúdio, mas para demonstrarmos que não somos - nem queremos ser - desafortadas. Estamos aqui para buscar a construção da dignidade e do respeito humano. Na realidade, estamos buscando muito mais: dar as mãos a quem quer que seja para construirmos uma sociedade mais justa, fraterna e humana. Dizem que sempre fica um pouco de perfume nas mãos que oferecem rosas. Assim, vejo cada uma de nós como uma distribuidora de rosas, de amor e de fortaleza. Obrigada.

Palavras da Vereadora Elaine Matozinhos

Cara Deputada Lúcia Pacífico, que preside esta solenidade representando o Deputado Mauri Torres; Deputada e Secretária Elbe Brandão; Sras. Deputadas e Srs. Deputados - vemos que há muitos Deputados presentes -; caras homenageadas; autoridades; senhoras e senhores, em nome da Câmara Municipal de Belo Horizonte, especialmente na pessoa do seu Presidente, Silvinho Resende, trago a todas as mulheres o nosso abraço carinhoso e fraterno. Trazemos ainda o compromisso da luta que travamos em Belo Horizonte, onde quase tudo o que se estabeleceu na 4ª Conferência de Beijing já foi cumprido. Lembramos que a nossa cidade possui todos os equipamentos necessários à garantia da cidadania da mulher, da qualidade de vida. Exemplos: Casa de Apoio Sempre-Viva, Nossa Casa Abrigo, Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher. Ressalto que a companheira Marcinha encontra-se presente. Existem muitos espaços onde buscamos, de forma firme e eficiente, fazer valer os nossos direitos, a nossa cidadania e a nossa igualdade.

O Presidente Mauri Torres descreveu, com as respectivas datas, todas as nossas conquistas mostradas pelo vídeo, que foram muitas. O caminho está aberto, querida Secretária Elbe Brandão. A estrada está aberta. Foram necessários vários anos para que chegássemos aqui. Agora, cada uma de nós, com muita firmeza, luta e coragem está pavimentando e iluminando esse caminho. Tenho certeza de que as mulheres e os homens presentes estão conosco nessa caminhada.

Uma de nossas maiores conquistas, sem sombra de dúvida, foi a criação das delegacias de mulheres no Brasil, que hoje são mais de 500, de Norte a Sul deste País. Foi com muita alegria que vimos as estatísticas da Delegacia de Mulheres de Belo Horizonte, do ano passado e deste ano, em que se constata a diminuição, pela metade, do número de ocorrências registradas em nossa unidade policial, o que não aconteceu em razão de as mulheres silenciarem sobre a violência, mas pela realização de um trabalho eficiente e competente. Hoje, já não se agride mais como antigamente, porque sabem da existência da nossa Delegacia de Mulheres.

Combater a violência contra a mulher, seja ela doméstica, sexual ou no mercado de trabalho, é dever de cada um de nós e de toda a sociedade, mas principalmente das mulheres que hoje ocupam espaço nos parlamentos e nos Executivos.

Deixo a todas nosso voto de louvor e carinho. Cada uma de nós é um beija-flor no incêndio da floresta. Estamos fazendo a nossa parte. Tenho filha e neta, a qual terá uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária e feliz. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Ana Maria Resende

Cumprimento, inicialmente, a colega Lúcia Pacífico, que hoje nos deixa orgulhosas por estar presidindo essa Mesa tão bonita, composta só de mulheres. Podíamos ter, pelo menos, uma mulher na Mesa da Assembléia Legislativa, conquista que, com certeza, um dia alcançaremos.

Cumprimento todas as mulheres convidadas e homenageadas, inclusive aquelas que nos assistem pela TV Assembléia e, em especial, as tão sofridas mulheres no Norte de Minas, que enfrentam, com garra e destemor, as dificuldades que a vida lhes apresenta.

Deus quis que a humanidade existisse e fosse na Terra a maior expressão da sua glória. Para que isso acontecesse, estabeleceu que o casal humano, homem e mulher, fosse o arquétipo, a estrutura básica dessa realidade. E mais, Deus quis que o casal fosse seu colaborador na geração de sua obra maior, participando de sua paternidade.

Mas a sociedade passou a glorificar valores ligados à força física, ao gosto pela competição e à dominação, e a subestimar os valores femininos como a empatia, a intuição e a cooperação.

O dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, surgiu para combater os efeitos maléficos da herança cultural que reduziu a nossa auto-estima. O mesmo Deus que nos criou permitiu que, aos poucos, as mulheres percebessem que a vida é feita de decisões e escolhas, e não de fatalidades. E essas mulheres homenageadas são especiais porque acreditaram e hoje se envolvem em projetos de solidariedade e fraternidade, que levam à inclusão aqueles ainda excluídos.

E todas as vezes em que somos entrevistadas e nos perguntam sobre a situação das mulheres, lembro-me de um caso narrado por um técnico da EMATER, que, por sinal, trabalha no Jequitinhonha, terra da nossa Secretária Vanessa. Fazendo visitas, assentou-se à porta da casa de um senhor. Ao seu lado, um cachorro deitado gemia, latia e chorava, e o técnico da EMATER não conseguia escutar sequer uma palavra daquele senhor. Cansado de falar e sem entender nada, ele perguntou ao senhor: "O que seu cachorro tem? Por que não pára de gemer? Por que não pára de chorar?". E o senhor respondeu-lhe: "Porque ele está deitado em cima de um prego, mas não sabe.". E essa é a situação por que passam muitas e muitas mulheres. Sabem que não estão felizes, sabem que alguma coisa as incomoda, mas não sabem como dar o primeiro passo para sair dessa situação. Percebem que Deus as criou para a felicidade, e não para o determinismo. E essas mulheres especiais, que hoje homenageamos, estão diuturnamente ensinando, mostrando, sacudindo outras mulheres a tomarem o caminho da felicidade e da realização, para que, juntas, todas nós encontremos a justiça e a igualdade. Todas elas têm os braços estendidos que apóiam e dão sentido à vida de tantas outras mulheres.

Escolhi exemplos de novas mulheres que buscam, dão oportunidade, acolhem e caminham juntas. São mulheres competitivas, porém, elegantes; eficientes e determinadas, porém, gentis e afetuosas; mulheres que confundem, fascinam e surpreendem - Maria do Socorro Freire Caldeira e Ângela Cordeiro. (- Palmas.) Socorro tem o seu trabalho com a educação formal e informal, focado e sempre comprometido com a educação inclusiva e não sexista. Na coordenação da Associação de Promoção e Ação Social, atendeu em 2004 cerca de 5 mil pessoas por dia, priorizando sempre a paz na família, o respeito às crianças, aos idosos e a qualificação da mulher para o mercado de trabalho. Ângela, médica pediatra, recebe em seus braços crianças sofridas e abandonadas.

Ângela, que estabeleceu como prioridade sarar as feridas do corpo e mitigar as da alma. Ela sabe que precisa ser forte para emprestar seus ombros para tantos que deles precisam para chorar. Os idosos e humildes do Asilo São Vicente de Paula conhecem a força do coração de Dra. Ângela.

Aqui quero parodiar um poeta quando diz: "felizes são os homens que sabem entender a alma das mulheres" como Socorro e Ângela. As mulheres precisam de solidariedade e de paz. Essa tem sido nossa luta constante e coletiva. Terminei dizendo da minha fé. Em breve, todas nós, ao final de nossas vidas, poderemos dizer como Cora Coralina: "Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida, removendo pedra e plantando flores.". A todas as homenageadas, os meus parabéns. A Socorro e Ângela, o meu carinho e o meu eterno reconhecimento. Somos mulheres e somos felizes. Muito obrigada. Parabéns a todas vocês.

Palavras da Deputada Cecília Ferramenta

Boa-tarde a todas as homenageadas, a todas as mulheres, a todas as funcionárias presentes. Gostaria de cumprimentar de forma muito especial também as mulheres da minha cidade, as mulheres de Ipatinga que se deslocaram hoje pela manhã para assistirem a esta homenagem da Assembléia Legislativa, componentes do Movimento de Mulheres de Ipatinga. Cumprimento também nossa Presidente Lúcia Pacífico, que ora preside esta sessão, em cuja pessoa gostaria de cumprimentar carinhosamente todas as companheiras que compõem a Mesa.

Gostaria de iniciar parabenizando todas as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Considero a instituição desse dia um justo reconhecimento à luta e ao trabalho cotidiano que nós desempenhamos na sociedade.

Esforço esse que muitas vezes é ignorado, injustiçado e até mesmo discriminado.

Mas a força da mulher supera. A presença da mulher em nossa sociedade ultrapassa a barreira da simples busca pela igualdade com os homens.

Nesse sentido, homenageando todas as mulheres de Minas Gerais, do Brasil e do mundo, gostaria de citar dois exemplos claros dessa nova realidade, de mulheres que fazem e não esperam acontecer.

O Movimento de Mulheres de Ipatinga é um deles. Ao agregar 34 grupos de mulheres, com as mais diferentes formas de inserção na sociedade, ele demonstra como a mulher se tem desdobrado para a transformação do País em um lugar melhor para todos.

Seja apoiando creches ou outras entidades de assistência social, seja buscando opções de trabalho e renda, elas dão uma lição de vida para todos nós, pela dedicação, pelo esforço e principalmente pela alegria que irradiam e pela contribuição que dão para a sociedade.

O trabalho valeu. Além de outras conquistas, o reconhecimento da PETROBRÁS, que, entre quase 6 mil projetos de todo o País, escolheu o Empório da Arte, idealizado pelo Grupo de Mães Santa Clara de Assis, para receber o patrocínio da estatal. Será um dos 73 projetos de cunho social que a empresa apoiará neste ano.

A nossa homenagem à companheira Tereza Paula da Silva, Presidente do Movimento de Mulheres de Ipatinga, que tem levado e elevado o nome de nossa cidade e de nossa região para todo o Brasil.

Um outro exemplo de dedicação à nossa sociedade, que recebe também as nossas homenagens é a Dra. Geralda Lázara Batistuta de Mesquita, pessoa respeitada pela dignidade e honradez. Formada pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Dra. Geralda foi a primeira médica a atuar na região de Bom Despacho, no Centro-Oeste mineiro, onde chegou acompanhando o esposo e também médico, Dr. José Mesquita, no início da década de 1960.

Pioneira, desbravadora, lutando contra todas as dificuldades levou e ainda leva a assistência médica para toda uma população. Além de gerar e educar seus quatro filhos - Alexandra, Luciana, Fábio e Fernanda -, dois dos quais seguiram a mesma carreira que ela abraçou, Dra. Geralda teve uma atuação destacada na sociedade bom-despachense e em toda a região. Parabéns.

Essas mulheres e suas histórias são a maior prova de que temos muito que comemorar nesta semana dedicada a nós, mulheres. São elas que nos incentivam, nos motivam, nos dão a força necessária para que também desempenhem com coragem e dedicação nossa função, que é fazer valer o que a Constituição Federal nos garante em seu art. 5º: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". Vivam as mulheres, viva a esperança, e que essa jamais morra dentro de nós! Um grande abraço a todas vocês. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Elisa Costa

Boa-tarde, companheiros e companheiras, convidadas, homenageadas, grupos organizados de mulheres de Minas Gerais e do Brasil. Cumprimento a Deputada Lúcia Pacífico, que nos honra com a Presidência nesta reunião e, em sua pessoa, todas as Deputadas presentes. Quero fazer destacar especialmente as funcionárias desta Casa, da TV Assembléia e todas as que têm partilhado conosco o dia-a-dia dos trabalhos desta Casa.

Sou a mais nova Deputada. Tomei posse no dia 4/1/2005, ocupando a vaga das Deputadas que se tornaram Prefeitas, nossas queridas Deputadas Maria José Haueisen, Prefeita de Teófilo Ottoni, e Marília Campos, Prefeita de Contagem.

Estamos aqui ocupando a vaga deixada pela Deputada Marília Campos. Orgulhamo-nos de uma mulher, uma Deputada, ter-se tornado Prefeita, e ocuparmos o seu lugar.

Cumprimentamos todas as parlamentares do País e registramos esse vídeo que nos emociona, ao percebermos a luta da mulher na história brasileira e verificarmos quanto avançamos e crescemos. Parabêniz a todas que construíram a história, como retratado nesse vídeo exibido na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

A experiência de ser mulher é fascinante, como todas sabemos. Fascinante pela coragem e pela ousadia que nos impulsionam a lutar por melhores e iguais salários no mercado de trabalho e pela divisão do trabalho doméstico, nosso grande objetivo em 2005; fascinante pela coragem e pela ousadia que nos impulsionam a lutar todos os dias, ao termos a coragem de denunciar, de não nos submetermos à violência e à impunidade, seja em casa, seja no campo, seja na cidade; fascinante por almejarmos, com auto-estima, lugares de decisão e de poder.

A coragem, a ousadia e o direito de sonhar são conquistas de muitos séculos, que não considero apenas vitórias das mulheres, mas vitórias da sociedade, porque são transformadoras de todas as relações humanas, que, a partir de nós, se têm a tornado cada vez mais efetivas.

Hoje, apesar de ainda não recebermos em média salários maiores, ao exercermos o mesmo tipo de trabalho, mesmo com escolaridade superior, vivemos novos tempos, que existe uma Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, com "status" de Ministério, em que conseguimos realizar a I Conferência Nacional de Mulheres, passando pelos municípios, assim como a conferência estadual, realizada nesta Assembléia, e a conferência nacional, que contou com a participação de 2 mil mulheres em Brasília, com o objetivo de definir as diretrizes das políticas para o País. Tempos de vitória, quando percebemos a existência de um plano nacional de políticas públicas para as mulheres, permitindo-lhes reivindicar recursos e financiamentos dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Tempos em que há Secretárias e Ministras, como Marina Silva, Dilma Rousseff, Nilcéia Freire e Matilde Ribeiro, que lutam para que a participação da mulher seja referência na política, assim como existe a Deputada Elbe Brandão no Governo de Minas e outras que participam dos Poderes Executivo e Legislativo no Brasil.

Gostaria de dizer ainda que a cultura brasileira mudou muito para que possamos ter uma Presidente da República em breve. Quando derrubamos o preconceito de ter um Presidente que veio da camada mais pobre da população, operário, metalúrgico e trabalhador, abrimos caminho para uma mulher na Presidência deste País.

É preciso garantir, também às mulheres, políticas de geração de trabalho, emprego, renda e educação para a participação, para a visibilidade e para a liberdade. O momento ainda é o de garantir atendimento especializado no SUS, de assegurar a implantação de casas-abrigos, de delegacias especiais da mulher em Minas e em todo o Brasil e de banir, de uma vez por todas, a violência contra as mulheres na sociedade.

O 8 de março é a data simbólica de toda uma história de luta. Luta por realização profissional e crescimento pessoal, por amor e por igualdade de direitos.

O 8 de março é a data conquistada por mulheres guerreiras, trabalhadoras da indústria têxtil dos EUA, as quais perderam suas vidas por um ideal, lutando por justiça: foram queimadas vivas quando reivindicavam melhores condições e redução da jornada de trabalho. O 8 de março é o dia de todas as mulheres que lutam e que, acreditando em si, rompem preconceitos, livram-se de humilhações e conquistam a sua própria liberdade. O 8 de março é sempre o amanhã e o presente de todas as mulheres na busca por igualdade de direitos e por respeito.

Entre mulheres tão especiais como as que aqui estão e as espalhadas pelo Brasil e por Minas Gerais, homenagem, nesta tarde, duas

companheiras que representam o nosso sonho de igualdade. Cito o nome de D. Sandra Souza Alves, avó, que se encontra aqui conosco e é funcionária desta Casa, da ADSEVIS. Vó, fique de pé! Gostaria de homenagear não somente a senhora como também todas as pessoas da melhor idade; as trabalhadoras que não desistiram de permanecer no mercado de trabalho, promovendo uma atividade cotidiana em casa e ajudando os companheiros; e as servidoras que mantêm limpo o espaço desta Casa, conservando-o. Aliás, encontramos-nos com elas aqui todos os dias. Pelo seu trabalho e pela sua história de vida, persistência e luta, demonstro não somente o meu carinho como também o de todas as Deputadas homenageadas.

Cumprimento também o Movimento das Mulheres Camponesas, representado pela Martinha Jorge Moreira, de Governador Valadares, e a D. Dirce. A Deputada Lúcia Pacífico homenageou a Sra. Martinha, trabalhadora rural. Sabemos da dificuldade para essas mulheres camponesas se locomoverem até aqui a fim de participar, devido às estradas. A Martinha representa a luta da mulher camponesa contra a violência e pelo direito à saúde; enfim, a participação da mulher do campo na igualdade de direitos.

Portanto, Martinha, a senhora representa um movimento que existe há 20 anos, apesar de novo no Brasil. Quer dizer, em Minas Gerais, existe há muitos anos. Porém, como movimento nacional, tem apenas um ano, completado no dia 8 de março. Dedico à senhora o reconhecimento dessa luta em Minas e no Brasil. Peço que leve o nosso abraço às camponesas, trabalhadoras do campo, e o nosso respeito à Dorothy, assassinada em função de sua luta no campo.

Finalmente, deixo um grande abraço às mulheres que lutam e sonham, pois a vitória e o futuro pertencem a nós e a quem luta e acredita em si e na sua realização. Feliz 8 de março e feliz Semana da Mulher!

Palavras da Deputada Maria Olívia

Sra. Presidente, minha prima e querida Lúcia Pacífico, Deputadas, senhoras e senhores, inicio a minha fala com as palavras de Gandhi: "Onde há amor, há vida". Por falar em amor e respeito à vida, perdi duas amigas nos últimos dias. Educadoras, mulheres que acreditavam em dias melhores para o nosso País e que foram brutalmente assassinadas.

Mães, mulheres dedicadas e corajosas que partiram antes do esperado. Uma delas, Sônia Vidal, amiga de infância, ao negar o pagamento de uma dívida de sua única e querida neta aos traficantes de drogas, partiu para sempre, num crime bárbaro, como minha terra natal, Lagoa da Prata, jamais havia presenciado. A crueldade, a frieza dos assassinos nos leva a uma reflexão: aonde vamos chegar?

Neta e traficantes matam com toda a crueldade a amiga Sônia, não lhe dando nenhuma oportunidade de se defender. Sônia padecia de um câncer, e seus dias estavam contados: viveria no máximo 180 dias.

A outra, Lilian Mary, educadora, Diretora de escola, esposa de meu primo Anselmo, ao reagir a um assalto no último sábado, aqui em Belo Horizonte, também foi assassinada. Diretora de escola municipal, mãe dedicada, partiu sem nos preparar, deixando-nos um vazio que jamais será preenchido.

Hoje, Sônia e Lilian não estão mais aqui. Ambas, assim como a Irmã Dorothy, vítimas da violência, da falta de amor ao próximo, do domínio do tráfico de drogas.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje é um dia de reflexão. Um dia de homenagear todas as mulheres e, principalmente, as que fazem deste Estado um lugar melhor para se viver.

Eu, particularmente, fui buscar no Norte de Minas mulheres fortes e corajosas: a Profa. Vanessa Guimarães Pinto, natural de Carlos Chagas, pedagoga, atualmente Secretária de Educação de nosso Estado. Membro do Conselho Estadual de Educação, exerceu atividades de assessoramento técnico-pedagógico e de consultoria junto a várias instituições, em projetos e subprojetos, inclusive nas Universidades do Maranhão e da Paraíba. Por meio de eleição direta, foi escolhida Reitora da UFMG, ocupando o cargo de 1990 a 1994. Chefiou a Secretaria do Ensino Superior do MEC e foi Assessora para Projetos Especiais do Reitor da UFMG, na gestão 1998-2002. Nomeada pelo Governador Aécio Neves, a Profa. Vanessa vem se destacando pelo trabalho sério e competente à frente da Secretaria de Estado de Educação.

Minha segunda homenageada é a Dra. Núbia Nádjia Alves Miranda, nascida em Almenara, médica com pós-graduação em anesthesiologia e cardiologia. Já exerceu suas atividades em vários hospitais de nosso Estado e atualmente é médica plantonista no Hospital Deraldo Guimarães e integrante do Programa de Saúde Familiar de Almenara. Interessada em ampliar seu trabalho na área social de sua cidade, candidatou-se a Vereadora nas últimas eleições, sendo a mais votada entre os eleitos. Em 1º/1/2005, foi eleita Presidente da Câmara Municipal de Almenara, onde vem exercendo um mandato sério e comprometido com as necessidades de seu povo, do povo mais sofrido do Norte de Minas.

Gostaria, neste momento, de manifestar o meu carinho a todas as mulheres hoje homenageadas pelas nobres colegas Deputadas, todas igualmente merecedoras da consideração desta Casa. À Lilian e à Sônia, que descansem em paz! Muito obrigada!

Palavras da Deputada Jô Moraes

Boa tarde a todos e a todas. Ao olhar para esta Mesa, fico imaginando a Mesa dos nossos sonhos. Na verdade, não queríamos tanto, poderia ser metade de homens e metade de mulheres, como acontece na humanidade.

Saúdo a cada uma de vocês que têm um pedaço de vida que merece esta homenagem. Não podemos colocar todas aqui, mas estão todas no nosso coração.

Neste momento, agradeço a nossas assessoras, funcionárias, consultoras e companheiras do setor de conservação e limpeza, que nos fazem mandatárias de uma representação que é de vocês.

Agradeço também aos homens. Que bom vocês estarem aqui, pois sem vocês nossa luta não vai adiante, e o equilíbrio da sociedade não avança. Evidentemente, nesta Casa, contamos com a parceria de muitos companheiros homens. Vejo, neste momento, o Líder do Bloco PT-PCdoB, Deputado André Quintão, e muitos outros estiveram no Plenário.

Nesta solenidade, o que mais nos tocou o coração foi o rufar dos tambores das Chicas da Silva, pois ele representou o esguichar do sangue da Irmã Dorothy, o sofrimento daquelas mulheres que a Deputada Maria Olívia mencionou e, sobretudo, a decisão e o ritmo da luta que estamos dispostas a realizar, além de representar a unidade desta tarde, nesta Casa, porque para as mulheres presentes não há diferença de religião, de time de futebol, de partido político, de Oposição ou Situação. Nesta tarde estamos todas unidas para que nossas conquistas avancem.

Por isso estamos homenageando mulheres de segmentos e idades diversas. No ano passado, reunimos aqui 600 mulheres. No Brasil, 120 mulheres, convocadas pelo Presidente Lula, realizaram a conferência nacional que se transformou nesse Plano Nacional de Políticas Públicas que o Presidente acaba de apresentar ao Congresso e que certamente exigirá de nós patrulhamento, controle e aperfeiçoamento. Estamos todas unidas no rufar dos tambores para alcançar aquilo que, em 100 anos de república, não conseguimos.

A minha homenagem aqui é igual à de vocês. Homenageio aqui uma jovem mulher de 91 anos, a D. Santinha Oscarina Machado Santos, que simplesmente é campeã de natação com essa idade. É uma mulher que faz do vigor da vida essa expressão da explosão que nós somos.

Mas homenageio também a Danuza, grávida, operária, metalúrgica, que está atualmente no chão da fábrica, produzindo a riqueza a que não tem acesso. A Danuza foi ameaçada, pois sofreu assédio moral quando iniciou a sua gravidez, mas continua brigando por melhores condições de trabalho e por uma cantina e um restaurante. Em nome da Danuza, homenageio as operárias deste País, que constroem a riqueza e que não detêm nada do que produzem.

Concluirei citando a poesia de uma mulher guerreira chamada Jovita: "Nesta tarde, fica constituído, por decisão soberana, o poder feminino, porque feminina é a lei, e feminina é a justiça. A liberdade é feminina, a luta, a conquista, a vitória, a paciência, a tolerância e a paixão. E feminina é a esperança que nos permite crer no futuro. Apostaremos nele".

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

São essas mulheres que nos fazem nos sentir orgulhosas de ser mulher, Deputada Jô Moraes. Ficamos felizes em ver a representação das mulheres nesta Casa que, em número, é bem reduzida, pois, dos 77 Deputados, somos apenas 9, sendo que uma é Secretária. Mas estamos felizes porque, de fato, há grandes companheiras em termos de representação em Minas.

Cumprimento a Mesa e a bancada feminina na pessoa da Deputada Lúcia Pacífico, que preside a sessão. Cumprimento também todas as funcionárias desta Casa, as assessoras, as funcionárias da TV Assembléia, que nos acolhem com tanto carinho, as funcionárias dos outros setores e da conservação e limpeza - pois, sem elas, esta Casa não seria tão acolhedora - e todas as mulheres presentes, de todos os movimentos organizados em defesa dos direitos da mulher. Cumprimento também as mulheres eleitas Prefeitas, que nos orgulham, pois poderão implantar políticas públicas em defesa dos direitos da mulher, como a Maria José Hauelsen, em Teófilo Otôni, e a Marília Campos, representada pela Prof^a. Gláucia, que está à frente da Coordenadoria de Mulheres de Contagem. Cumprimento também a Deputada Federal Maria do Carmo, representada pela sua assessora, única Deputada mulher de Minas Gerais eleita em 2002, de todos os partidos. Além de isso ser um orgulho para nós, faz também com que reflitamos a respeito. Como nós, que já somos a maioria dos eleitores do Estado, não conseguimos ainda ocupar os espaços a que temos direito?

Ontem, em Belo Horizonte, mulheres, crianças e parentes de desaparecidos estiveram na Praça da Liberdade e na Secretaria de Defesa Social e cobraram do Estado, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, uma resposta sobre o paradeiro de seus parentes. Eles cobram uma apuração dos fatos. Essa é a realidade dos nossos dias. As pessoas desaparecem vítimas do tráfico de drogas e do tráfico de seres humanos. Tráfico que violenta todas as nossas instituições, que agride nossas famílias, que mata os nossos jovens e as nossas jovens.

Hoje a realidade é a violência. A violência das pessoas e a violência também das instituições. Tão grave quanto a agressão sofrida pelas mulheres é também a praticada pelas instituições contra elas. Violência que se pratica todos os dias nas filas dos hospitais, sendo que a maioria dos usuários do sistema de saúde público é mulher, pobre e negra. A mulher tem direito à vida e à saúde.

Mas, em meio a tanta escuridão, há muitos focos de luz. Há mulheres que, com o seu sangue, regam muitas sementes de vida, como a Irmã Dorothy Stang e a Dorcelina Falabela, Prefeita assassinada por combater o tráfico na divisa com o Paraguai.

Creio que o sangue dessas mártires fará apressar a reforma agrária e o combate ao tráfico de drogas. Tráfico que tem ceifado a vida de milhares de jovens.

Contudo, há mulheres que são mártires no seu cotidiano. A essas me refiro agora, homenageando-as por meio de duas mulheres. Elizete Aparecida Azevedo Mota. Por favor, levante a mão.

Artesã, Elizete, 39 anos, integra o movimento Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, desde 1983. Ela está numa cadeira de rodas, mas anda muito mais do que nós, porque tem o compromisso de defender as pessoas portadoras de deficiência neste Estado. É o esforço desta mulher que é líder. Hoje, reativando o núcleo da Fraternidade, em Venda Nova, um grupo de capoeira que congrega 25 pessoas deficientes e se reúne todas as sextas-feiras no SESC. Com o apoio do Projeto de Inclusão do Adulto com Deficiência na Comunidade e de voluntários, ela mobiliza as pessoas com deficiência a se incluir na sociedade. A deficiência não é um prêmio nem um castigo e sim algo que aconteceu; devemos assumir e viver com ela da melhor forma possível. Assim, a nossa preocupação é levar os deficientes para viver e construir a cidadania, ter ação efetiva na vida política e fazer valer as leis atuais', diz Elizete".

Irmã Mariazinha. Por favor, levante-se.

Irmã Mariazinha, 79 anos, é membro da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Foi cozinheira e é catequista. Desenvolve atividades relacionadas a artesanato na Paróquia de São Cristóvão, na Vila Inconfidência em Betim, onde chegou há dois anos, depois de ter trabalhado com as mulheres da favela do Sumaré, no Rio de Janeiro. Com intenso trabalho social no movimento Fé e Política e no grupo União e Consciência Negra.

Irmã Mariazinha, na sua pessoa homenageamos todas as mulheres consagradas, todas as mulheres religiosas do Estado, que têm doado suas vidas, deixado de ter filhos biológicos, para ter dezenas de filhos em nossa comunidade, que tanto precisa de seu carinho e sua acolhida.

Dou um abraço especial ao nosso líder, Deputado André Quintão, na pessoa de quem cumprimento os demais Deputados.

Também uma palavra especial para Lula, nosso Presidente. Ontem em Mossoró, o Presidente Lula, em um discurso alegre, homenageou duas mulheres importantes em sua vida: sua esposa Marisa - valorizando a mulher como esposa - e sua mãe, que criou tantos filhos sozinha, pois o marido a abandonou indo para São Paulo. Hoje, certamente do céu, ela vê seu filho Presidente e pede a Deus que abençoe sua luta em favor das mulheres brasileiras.

Ontem, brincando em seu discurso, Lula disse que temos que deixar de ser desafortadas e não querer ocupar a Presidência da República. Conhecendo-o, sabemos que essa fala foi num contexto de carinho com a mulher brasileira, o que pode ser comprovado por suas ações. Entre elas, por exemplo, está a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, fato inédito no País; também quando convidou mulheres para integrar seu Ministério e convocou a primeira Conferência Nacional de Mulheres, mobilizando 120 mil mulheres em todo o País. Este é o

País que dá esperança de que as mulheres possam, cada vez mais, chegar aos 50% do espaço do poder, colocando-o a serviço da vida, da defesa da democracia de gênero e da construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

Palavras da Deputada Vanessa Lucas

Sra. Presidente, Deputada Lúcia Pacífico, minha amiga, com quem participei da Comissão de Defesa do Consumidor; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; estimadas funcionárias da Assembléia Legislativa; senhoras e senhores, boa tarde!

A Casa Legislativa reúne-se para, juntos, homens e mulheres, comemorarmos o Dia Internacional da Mulher. Nosso mandato, valendo-se do tema proposto pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil por ocasião da Campanha da Fraternidade 2005, participa desta solenidade de homenagem a todas as mulheres, sabendo que a solidariedade e a paz são requisitos fundamentais para a emancipação feminina.

Buscar a igualdade de direitos tem sido nossa constante luta, nossa labuta e nosso desejo maior. Olhar para trás, reconhecer as dificuldades e os significativos avanços, mirando o que queremos para nós e para nossos filhos. Seguir em frente, ser fermento na massa, contribuindo para seu crescimento, para a real observância do que é bom para todos.

Uma luta política correta deve propor mudanças, mas, também, considerar a bravura de muitos agentes anônimos que fazem e fizeram de suas vidas a lógica da inclusão social, que destemidamente foram ao encontro de nossos irmãos mais sofridos.

Recordo-me de uma história antiga, que um velho amigo me contou, para ilustrar a tarde de hoje. Diz o conto que, ao entardecer, um velho homem seguia por uma estrada fria e cinzenta, quando chegou a um abismo largo e profundo. No crepúsculo sombrio, o velho homem o atravessou. Um rio transbordando não era nada para ele, mas quando se sentiu seguro do outro lado, parou e construiu uma ponte para cruzar a torrente.

Um viajante que estava por perto, disse: "Velho homem, está desperdiçando sua energia trabalhando aqui, sua jornada termina no fim do dia e você nunca mais passará por aqui. Se já atravessou o abismo profundo e largo, por que construir esta ponte ao anoitecer?".

O velho homem que trabalhava ergueu sua cabeça branca e respondeu: "Companheiro, atrás de mim, pelo caminho que hoje percorri, vinha um jovem cujos pés deverão passar por aqui, e é para ele que construo esta ponte."

Assim, quero crer, deve ser nossa vida, carregada de objetivos para construirmos um futuro para os outros. Para isso deve ser nossa luta e nosso cansaço.

Deste lugar em que estou, junto-me aos homens e mulheres que têm fé na vida e que têm vida em abundância para, numa porção pequena de palavras, reafirmar, em linguagem simples, que o mundo será diferente, solidário e de paz, quando formos essencialmente humanos, novos e sem preconceitos. A solidariedade virá em forma de paz, se construirmos, a cada dia, no cotidiano, o homem novo para a mulher nova.

Essa é a mensagem que gostaria de deixar registrada. Um abraço caloroso e fraterno e a crença de esperança e de paz, na luta por dias vindouros, refletidos na caminhada de nossas mulheres grávidas por justiça e de pleno amor para com a humanidade. Obrigada.

Entrega de placas

O locutor - Em uma homenagem da Assembléia Legislativa à mulher, as Deputadas desta Casa farão a entrega de placas comemorativas, com o seguinte teor: "As mulheres vêm, historicamente, trabalhando pela construção de uma sociedade mais íntegra e igualitária, imprimindo nela sua marca de sensibilidade e transformando o mundo em um lugar mais justo e melhor de se viver. A homenagem da Assembléia Legislativa de Minas Gerais a todas as mulheres que lutam por solidariedade e paz."

Convidamos a Deputada Lúcia Pacífico, Presidente "ad hoc", para entregar a placa à Sra. Dirce de Oliveira Almeida, Presidente do Movimento das Donas de Casa de Governador Valadares.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos a Sra. Maria do Céu Paixão Kupidowski, Coordenadora Executiva do Movimento das Donas de Casa de Governador Valadares, para receber a sua placa das mãos da Deputada Lúcia Pacífico.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos a Deputada Lúcia Pacífico para permanecer junto às Deputadas que prestarão sua homenagem.

Convidamos a Deputada Ana Maria Resende para entregar as placas à Sra. Maria do Socorro Freire Caldeira, ex-Coordenadora da Associação de Promoção e Ação Social de Montes Claros, e à Dra. Ângela Santos Cordeiro, médica e Presidente da Fundação Álvaro Cordeiro.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Convidamos a Deputada Cecília Ferramenta para entregar a placa à médica, Dra. Geralda Lázara Batistuta de Mesquita. Convidamos também a Sra. Tereza Paula da Silva para receber a placa, em nome do Movimento de Mulheres de Ipatinga.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Convidamos a Deputada Elisa Costa para entregar a placa à Sra. Martinha Jorge Moreira, do Movimento das Mulheres Camponesas de Governador Valadares. Convidamos também a Sra. Sandra Souza Alves, funcionária da ADSERVIS na Assembléia, para receber sua placa.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Convidamos a Deputada Jô Moraes para a entrega de placas à Sra. Danuza de Oliveira Henrique, operária do setor automobilístico,

e também à dona de casa, Sra. Oscarina Machado dos Santos.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Convidamos a Deputada Maria Olívia para a entrega da placa à Dra. Núbia Nádija Alves Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Almenara.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Convidamos a Deputada Maria Tereza Lara para entrega de placas à Sra. Elizete Aparecida Azevedo Mota, teóloga e artesã, e à Irmã Maria de Souza, da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Convidamos a Deputada Vanessa Lucas, representando todas as funcionárias de gabinete da Assembléia Legislativa, para entregar a placa à Sra. Silvana Faria.

- Procede-se à entrega da placa.

O locutor - Neste momento, a Deputada Vanessa Lucas fará a entrega da placa à Deputada Lúcia Pacífico, que assim faz por merecer como pessoa, mulher, cidadã e parlamentar e que, neste ato, representa todas as parlamentares do Brasil pela relevância de sua luta no comando do Movimento das Donas de Casa e pela valorosa contribuição quando da elaboração do Código de Defesa do Consumidor.

- Procede-se à entrega da placa.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a apresentação do grupo Xicas da Silva, que, logo após o encerramento dos trabalhos, sairá deste Plenário, passará pela saída da capela e irá até o Hall das Bandeiras.

- Procede-se à apresentação musical.

A Sra. Presidente - Encerrando esta solenidade ao som dos tambores das nossas queridas amigas, faço minhas as palavras de Milton Nascimento: "Mulher é muito mais que ter um sexo. É mais que ser do homem complemento. É mais que ser o avesso e o diverso. Mulher é muito mais que sofrimento".

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 12ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 15/3/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei 16.296, que institui a Política Mineira de Incentivo à Incubação de Empresas e Cooperativas. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.299, que autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis que especifica à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.303, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas - ABRAÇO - o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 90, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral do Estado - AGE -, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 16.308, que autoriza o Poder Executivo a doar a Maria Inez Castro Moreira o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.369, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto .

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.374, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2005. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto .

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.613/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Central de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.614/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Padre Paraíso o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 16/3/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.909/2004, da Comissão de Participação Popular; 4.172/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 15/3/2005, destinada, I , à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei Complementar nº 90, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral do Estado - AGE -, e dá outras providências; dos Vetos às Proposições de Lei nºs 16.296, que institui a Política Mineira de Incentivo à Incubação de Empresas e Cooperativas; 16.299, que autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis que especifica à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG; 16.303, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas - ABRAÇO - o imóvel que especifica; 16.308, que autoriza o Poder Executivo a doar a Maria Inez Castro Moreira o imóvel que especifica; 16.369, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências; e 16.374, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2005; e dos Projetos de Lei nºs 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis; 1.613/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Central de Minas o imóvel que especifica; 1.614/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Padre Paraíso o imóvel que especifica; e 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 14 de março de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Pareceres sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 16.307, 16.359 e 16.363/2005

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Edson Rezende, Dimas Fabiano, Leonardo Moreira e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/2005, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, cada um por sua vez, os Pareceres para o Turno Único dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 16.307, 16.359 e 16.363/2005, do Governador do Estado, e de apreciar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de março de 2005.

Lúcia Pacífico, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Padre João, Doutor Viana, Luiz Humberto Carneiro e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/2005, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.906/2004, do Deputado Dilzon Melo, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 3.811/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.819/2004, do Deputado Paulo Cesar, 3.820/2004, do Deputado Paulo Piau, 3.866/2004, da Deputada Ana Maria Resende, 3.910/2004, da Comissão de Participação Popular, 3.930/2004, da Deputada Ana Maria Resende, 3.956/2005, da Deputada Ana Maria Resende, 3.961/2005, do Deputado Leonardo Moreira, 3.992/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.169/2005, da Deputada Ana Maria Resende, 4.177/2005, do Deputado Gil Pereira, 4.211 e 4.258/2005, do Deputado Paulo Piau, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 14 de março de 2005.

Gil Pereira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Leonardo Quintão e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/3/2005, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir lideranças indígenas das etnias do Estado sobre a preservação de áreas destinadas às reservas e, ainda, oficializar o lançamento da Frente Parlamentar de Apoio às Populações Indígenas, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de março de 2005.

Doutor Ronaldo, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/3/2005

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. Deputadas. Srs. Deputados, imprensa, povo de Minas Gerais, antes de abordar o delicado assunto que me traz à tribuna, nesta data tão importante para a mulher mineira, em meu nome e em nome do PDT cumprimentamos as trabalhadoras de Minas Gerais pelo Dia Internacional da Mulher.

Poderia citar vários nomes que ajudam a construir este grande Estado e esta grande Nação; as Deputadas presentes, as jornalistas, as funcionárias desta Casa, as funcionárias públicas do Estado, mas peço licença para cumprimentar uma mulher especial; a Prefeita de Riacho dos Machados, Sra. Domingas da Paz, eleita nas últimas eleições, que certamente herdou os maiores problemas entre as administrações municipais. Encontrou uma Prefeitura falida. Mesmo diante das dificuldades, a Prefeita Domingas, com garra e luta, não desiste nunca. Essa é marca de seu trabalho, que traz esperança ao povo de Riacho dos Machados. Hoje ocorre nessa cidade um grande ato público, um mutirão de toda a cidade, especialmente no que se refere à saúde.

Se a imprensa estivesse presente, testemunharia e escreveria com muita propriedade sobre o maior mutirão de prevenção do câncer da mama e do útero realizado por um município apenas em um dia. Há vários médicos de Montes Claros e região participando. Mostra-se, assim, que, além das comemorações, é necessário que se traga uma luz, uma ajuda essencial à mulher mineira. Deixo minhas homenagens à Prefeita Domingas pelo seu trabalho, pelo desafio e, principalmente, pela sua visão de mulher guerreira, que administrará com muita propriedade o Município de Riacho dos Machados.

Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, mais uma vez abordo as conseqüências do momento violento por que passa o Estado de Minas Gerais, em especial minha cidade, Montes Claros, e a maioria dos municípios do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha.

Há duas semanas, denunciei, desta tribuna, a onda de violência que se abateu sobre a cidade de Montes Claros, com bairros sitiados, toques de recolher comandados por marginais, provocando homicídios, furtos, espancamentos, enfim, uma violência desenfreada que está levando pânico e angústia a todos os montes-clarenses. Citei também a reação daquela sociedade, que se mobilizou em busca de soluções, destacando o papel da Câmara de Dirigentes Logistas - CDL -, na pessoa de seu Presidente, companheiro Wandí, da Associação Comercial e Industrial e da Câmara Municipal, do Prefeito Atos Avelino, do Secretário de Segurança Pública, João Avelino e da Subsecretária de Segurança, companheira Maria Helena Lopes, Presidente do PDT, da valorosa imprensa de Montes Claros, de autoridades, Juizes e Promotores, do Comandante do 10º BPM, Cel. Eli, da Polícia Civil, dos Presidentes de associações comunitárias e de bairros, dos Diretores de escolas públicas estaduais e municipais e da Guarda Mirim de Montes Claros, na pessoa de sua Presidente, Delegada Maria Neusa, que, aliás, estará promovendo, na próxima segunda-feira,

dia 14 de março, um grande encontro da juventude montes-clarense com professores de renome nacional, entre os quais destaco o Dr. Elias Murad, que falará sobre os riscos do uso de drogas e outros assuntos.

Enfim, o povo de Montes Claros toma uma posição firme em busca de providências para conter a violência, que alcançou níveis assustadores.

Desta mesma tribuna, tive a oportunidade de denunciar a ousadia dos marginais que decretaram toques de recolher em vários bairros de Montes Claros, desafiando as autoridades constituídas e causando perplexidade aos moradores. Muitas escolas tiveram que encerrar as aulas mais cedo, uma vez que os alunos eram obrigados a se recolherem às suas casas até as 22 horas. A partir daí, imperava a lei imposta pelos traficantes e pelos bandidos, e quem ousasse desobedecer corria sério risco de morte.

A Polícia Militar de Montes Claros tem feito o possível, e até mesmo o impossível, para conter a violência que se instalou na cidade. Infelizmente, esbarra nas eternas dificuldades. O 10º BPM precisa aumentar, urgentemente, seu efetivo, pois não dá conta de proporcionar um policiamento ostensivo em Montes Claros, uma cidade que possui 380 mil habitantes fixos e milhares de visitantes diários. Na região, dezenas de outros municípios clamam pela falta do policial militar, de viaturas e equipamentos.

Municípios grandes, cidades-pólos como Janaúba, Pirapora, Salinas, São Francisco, Manga, São João do Paraíso, Rio Pardo, Taiobeiras, Jequitaiá, Riacho dos Machados, Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Brasília de Minas, Monte Azul, Mato Verde, Espinosa, Ubaí, Jaíba, Capitão Enéias, Varzelândia, Várzea da Palma, Capelinha, no médio Jequitinhonha, e outras cidades necessitam de estruturas mais eficientes, com mais policiais para atender às microrregiões.

A mobilização da Polícia Militar pela região, principalmente diante de situações de conflitos, é precária e inoperante. Os inúmeros assaltos a Bancos nos municípios do Norte de Minas comprovam a falta de estrutura. É impossível fazer qualquer tipo de cerco policial a bandidos, quando não se tem nem sequer veículos apropriados para as estradas esburacadas da região, e ainda há falta de armamentos. Para exemplificar, relembro o episódio que ocorreu na cidade de Manga, quando bandidos, em plena praça pública, dispararam suas metralhadoras para o alto e entraram no Banco do Brasil, intimidando, roubando e saindo livremente sem que os policiais militares pudessem fazer alguma coisa. Poderia citar ainda os roubos ocorridos em Cristália, Jequitaiá, Botumirim, Francisco Dumont, todos pequenos municípios que só ouviam falar de assaltos a Bancos na televisão ou em filmes de banguê-banguê.

A Polícia Civil de Montes Claros, que é sede regional, sobrevive graças à competência e ao esforço dos seus funcionários - Delegados, agentes, Detetives, Escrivães. Nos últimos anos, a Polícia Civil de Montes Claros sofreu redução no seu quadro, numa inversão ao crescimento da população montes-clarense. Ela não possui sede própria, muda constantemente de endereço, sem condições de estar aparelhada e preparada para atender à grande demanda da cidade e da região.

Esse breve resumo, mostra fielmente o que tem ocorrido em Montes Claros nos últimos dias. Mesmo com ações constantes da Polícia Militar, a escalada da violência não mudou; pelo contrário, aumentou. O temor da nossa gente se transformou em pânico, causando uma comoção sem precedentes na população.

Na semana passada, um homem de bem, um cidadão exemplar, teve a sua vida interrompida, ao ser brutal e covardemente assassinado num dos bairros mais tradicionais de Montes Claros, o Bairro Todos os Santos. O fato ocorreu em um restaurante, quando dois marginais, supostamente menores, anunciaram o assalto, dispararam tiros, roubaram e, não contentes, alvejaram o jovem engenheiro civil Cezar Mordônio de Quadros Fernandes, de 42 anos. Esse episódio chocou a população e expôs a fragilidade da segurança pública de Montes Claros.

O Governo Federal, perdido no tiroteio da criminalidade, toma atitudes ineficientes e não apresenta ações para conter o curso da violência. Pouco se faz para atender os menores que se encontram em condições de risco no nosso País. A cada dia, o crime supera as ações governamentais e recruta menores para as fileiras do narcotráfico, dos assaltos e dos crimes mais aterrorizantes.

Estribado no Estatuto da Criança e do Adolescente, autoridades fingem que providências eficientes são tomadas. Fazem vista grossa à dura realidade de que os menores são marginais eficientes, frios e preparados para tirar a vida do cidadão indefeso. Quando o pequeno criminoso é preso, não faltam aqueles que partem em busca dos direitos da criança, alegando que são pequenos indefesos, cujo caráter está em formação, que são produtos da marginalização da sociedade e que não podem receber tratamentos corretivos iguais aos aplicados aos adultos. Daí, os menores roubam, agridem, matam inocentes e debocham do cidadão e das famílias. Se os menores são tratados com mais rigor durante uma operação militar, sobram aqueles que consideram importante processar o policial militar, às vezes invertendo a lógica dos acontecimentos, tratando o pobre PM como o agressor, o monstro que não respeita os direitos humanos, o que pode e deve morrer em defesa da sociedade; defendem o pobre menor desamparado que roubou e matou, mas se esquecem da família do policial, que, se não é morto, torna-se o grande vilão dos casos policiais.

Os países mais desenvolvidos, com índices de criminalidade infinitamente inferiores aos nossos, não estabelecem idades para apreciações de delitos criminais. Se são marginais, se oferecem riscos à população e às normas legais, são tratados na forma da lei, sem protecionismo e sem estatuto que não retrata a realidade em que vivemos.

Sras. e Srs. Deputados, a Campanha Nacional do Desarmamento é outra atitude que merece uma reflexão mais apurada. Milhares de armas estão sendo entregues ou vendidas pela população brasileira. É insignificante o número dos que espontaneamente entregam as suas armas por acreditar que é o certo - o correto a ser feito. A grande maioria quer é vender a sua arma, abocanhar os R\$300,00 e ficar livre de garruchas, que são verdadeiras peças de museu, espingardas, polveiras e pistolas obsoletas. Nunca vi um fuzil, uma metralhadora, ou uma granada ser entregue à Polícia Federal.

Essas armas estão nas mãos dos bandidos, escondidas, prontas para tirar a vida de cidadãos, de jovens, como ocorreu com o engenheiro de 42 anos, o montes-clarense Cezar Mordônio, que foi fuzilado impiedosamente em Montes Claros, no último final de semana.

Muita gente defende a presença do Exército Brasileiro nas ruas para, em parceria com a Polícia Militar, promover patrulhamento eficiente e, assim, intimidar os marginais. Sempre imaginei que colocar o Exército para patrulhar as nossas cidades seria um exagero, um desvio de função. Hoje acredito - e digo alto e bom som - que a presença da Polícia Militar e do Exército nas ruas de Montes Claros talvez seja uma das poucas soluções para conter a escalada desenfreada de violência e fazer com que o cidadão montes-clarense volte a ter mais confiança. Com certeza, os Soldados do 55º Batalhão de Infantaria, ocupando os bairros mais violentos de Montes Claros, espantariam os criminosos que vêm de outros Estados, de outras cidades e que estão decretando o toque de recolher, vendendo drogas abertamente nas portas das escolas, matando nossa gente, nossos jovens e desafiando quem quer que seja.

Caro Presidente, após meu pronunciamento, apresentarei um requerimento ao Prefeito Athos Avelino solicitando que decrete estado de emergência e de sítio do povo montes-clarense, imposto pelos bandidos. Com o documento nas mãos, encaminharemos ao mineiro, norte-mineiro e montes-clarense Dr. José Alencar Gomes, Vice-Presidente da República e Ministro da Defesa, a reivindicação para que o 55º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, sediado em Montes Claros, cumpra a função de patrulhar as nossas ruas e traga paz ao povo dessa cidade.

Já tivemos precedentes. Volta e meia a cidade do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nossa Capital, contaram com o patrulhamento da Polícia Militar e do Exército. Em todas as ocasiões, houve o apoio incondicional e unânime da população. Com essa atitude, não desmereceremos o trabalho da Polícia Militar de Minas Gerais. Pelo contrário, a nossa polícia é a melhor do País, mas faltam-lhe maior efetivo e melhores condições para cumprir seu papel.

Por último, anuncio que já entramos em contato com o Governador do Estado, Dr. Aécio Neves, reivindicando para Montes Claros, cidades do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha as ações que estão sendo implementadas pela Secretaria de Segurança Pública, já efetivadas em Belo Horizonte e, recentemente, em Uberlândia. Montes Claros quer - e precisa - implantar o Programa Olho Vivo, com a instalação de câmeras no centro da cidade.

O patrulhamento tecnológico demonstrou eficiência e fez reduzir o número de crimes contra o comércio e residências. Montes Claros quer e precisa de recursos para a aquisição de armamentos e equipamentos para os policiais, de veículos novos para o patrulhamento ostensivo dos bairros, principalmente os que apresentam os maiores índices de violência.

Tenho a confiança e a certeza de que o Governador Aécio Neves, em audiência com os Deputados da região, Vereadores, o Prefeito Athos Avelino, imprensa, lideranças políticas e comunitárias, anunciará suas ações de governo em Montes Claros. Aliás, já anunciou que a segurança pública é prioridade do seu Governo, trocando a retórica, a palavra difícil por atos eficazes, que em breve darão resultados positivos em todo o território mineiro. Esperamos voltar a esta tribuna para comemorar ações eficazes em defesa da segurança pública de Montes Claros e de sua gente. Obrigado, Caro Presidente, Rêmolo Aloise.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia, pretendia ter ocupado esta tribuna na semana passada para me referir às matérias veiculadas pelos principais jornais do Estado: "Estado de Minas", "O Tempo", "Diário da Tarde", enfim, pela grande mídia impressa.

Antes de iniciar o pronunciamento, cumprimento o Deputado Carlos Pimenta, dizendo-lhe que temos acompanhado à distância as questões que envolvem Montes Claros e as reclamações da população dessa cidade no que diz respeito à insegurança pública. Conte com o apoio nosso e da Bancada do PDT, da qual V. Exa. é integrante. Tenho certeza de que o Governador estará sensível ao problema de Montes Claros assim como se sensibilizou com Uberlândia e o Triângulo Mineiro. Há necessidade urgente de reaparelhamento e de condições dignas de trabalho para os policiais civis e militares daquela região.

Sr. Presidente, temos assistido pela televisão, pela grande mídia brasileira, denúncias de corrupção envolvendo agentes políticos e o poder público de forma geral. Tivemos casos de escândalos envolvendo o Juiz Federal Rocha Matos e o Juiz Lalau, além do Secretário-Geral da Presidência de Fernando Henrique Cardoso. Foram vários casos em que houve a participação de Juízes, Promotores, policiais civis e militares, Deputados. Parece que o ex-Deputado Hildebrando Pascoal, Coronel da Polícia Militar do Estado do Acre, ex-Deputado Federal, cassado, também irá a julgamento.

Portanto, temos assistido a uma série de denúncias contra vários setores do serviço público que precisam ser tratadas com o máximo de rigor, na busca de transparência e publicidade. No entanto, não podemos admitir o que foi colocado pelo Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais, que alardeou pelos quatro cantos do Estado o Disque-Corrupção da Ouvidoria de Polícia. Parece-me que esse Ouvidor de Polícia, Sr. José Francisco, que até então sempre mereceu nosso respeito, esqueceu-se de um princípio primário e fundamental, sob o aspecto dos direitos humanos: o respeito ao tratamento isonômico e igualitário. Esse princípio não está sendo observado pela nossa Ouvidoria de Polícia.

Temos matérias publicadas. No jornal "Estado de Minas" de 19/3/2005 consta: "A partir das 8 horas de hoje, a Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais coloca à disposição dos mineiros um telefone exclusivo para denunciar casos de corrupção policial. Vai funcionar de segunda a sexta-feira, de 8 às 17 horas, e terá à disposição um Oficial da Polícia Militar e um Delegado da Corregedoria de suas respectivas corporações e um Promotor de Justiça para investigar as denúncias, que podem ser anônimas ou sigilosas.

"Não quero que esse seja mais um 'disque', porque precisamos de uma polícia mais eficiente", afirma o Ouvidor José Francisco Silva, autor da proposta inédita no País, lamentando a lentidão das corporações para punir policiais corruptos."

Queremos deixar claro que a Comissão de Segurança Pública desta Casa, a qual tenho a honra de presidir, tem sido enérgica e transparente. Vários Deputados que já trabalharam nessa comissão, como o Deputado Rogério Correia, que esteve conosco no biênio anterior, assim como o ex-companheiro, agora Prefeito de Juiz de Fora, ex-Deputado Alberto Bejani, sabem da firmeza e da transparência com que a Comissão de Segurança Pública desta Casa tratou as questões que envolviam denúncias de corrupção no segmento das Polícias Civil e Militar, no Corpo de Bombeiros e no setor penitenciário do nosso Estado.

Temos de ter o Disque-Corrupção, assim como a Ouvidoria-Geral do Estado. No entanto, é preciso um Disque-Corrupção para todos os agentes públicos e políticos, porque não são apenas as Polícias Civil e Militar as denunciadas por atos de corrupção.

Há Deputados, Senadores, Vereadores, Prefeitos, Secretários de Estado, Promotores, Juízes, Delegados, Coronéis, Generais, que também acabam saindo nas páginas de jornais, principalmente na grande mídia, por denúncias de corrupção.

Não é preciso repetir os casos do Juiz Federal Rocha Matos, do Juiz Lalau e do ex-Deputado Federal Hildebrando Pascoal. Não é admissível partir do Sr. José Francisco Silva, Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais, essa proposta que foi alardeada pela imprensa como milagrosa e salvadora. Queremos deixar claro que este Deputado e a Comissão a que ele pertence têm agido de forma firme e transparente, denunciando qualquer caso de corrupção que chega ao conhecimento da Comissão de Segurança Pública da Assembléia de Minas.

Não podemos admitir que a atitude do Ouvidor de Polícia do nosso Estado seja de forma a separar e a alijar os demais agentes públicos do Estado, mesmo porque a corrupção não está afeta apenas ao segmento policial. Está mais do que provado que hoje a corrupção atinge todos os Poderes e as escalas hierárquicas do poder público. Não podemos ficar calados aceitando passivamente que o Ouvidor de Polícia vá até à imprensa e alardeie que agora foi criado o Disque-Denúncia.

Registramos também que foi esse mesmo Ouvidor, em uma atitude impensada e precipitada no ano passado - quando a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, cumprindo a sua missão, dando segurança à população, prendeu um marginal nas imediações do Jôquei Clube, região norte da Capital -, foi à imprensa e disse que a PM havia sumido ou, quem sabe, até matado aquele cidadão que fugiu algemado.

No entanto, três dias depois, o cidadão que havia fugido algemado de uma guarnição da Polícia Militar e mergulhado em um lagoa próxima ao Jôquei Clube, apareceu vivo e ileso, desfazendo toda aquela acusação leviana, impensada e precipitada do Ouvidor José Francisco Silva.

Sr. Presidente, não queremos passar a mão na cabeça diante de qualquer ato de corrupção que envolva algum policial no Estado, mesmo porque despachamos imediatamente, com o Dr. Otto Teixeira Filho, Chefe da Polícia Civil, todas as denúncias que chegam ao nosso gabinete e as enviamos ao Cel. Sócrates Edgar dos Anjos para que sejam apuradas as responsabilidades.

Mas, dizer que o militante de direitos humanos que hoje ocupa a Ouvidoria de Polícia criou um Disque-Corrupção apenas para a polícia é a mesma coisa de quereremos que a polícia seja como foi há muitos anos, ou seja, polícia para as três polícias. É a mesma discriminação.

Sr. Presidente, um ex-Deputado da Casa, João Batista de Oliveira, está ocupando a Subsecretaria de Direitos Humanos, onde existe, sim, um Disque-Denúncia, com um só número, um 0800 para qualquer cidadão fazer uso de todos os seus direitos - mas não da forma desastrosa e equivocada como foi a atitude do Ouvidor de Polícia. Essa medida ganhou uma ampla divulgação por meio dos veículos de imprensa de Minas Gerais.

Sr. Presidente, repudiamos essa atitude. Queremos criar, sim, um Disque-Corrupção, mas para ouvir todos os agentes públicos do Estado, e não apenas os policiais. Há agentes fazendários que aceitam propina no exercício de sua função, e em outros setores públicos do Estado há também corrupção ativa ou passiva. No entanto, agora criaram um Disque-Denúncia na Ouvidoria de Polícia para apurar corrupção policial.

Sr. Ouvidor de Polícia, se V. Exa. deseja criar o Disque-Corrupção, que seja amplo, que contemple os direitos humanos dos policiais civis e militares, os quais foram violados quando V. Exa. o criou e o alardeou aos quatro cantos do Estado. Foram violados porque não houve o princípio da isonomia, o princípio do tratamento igualitário, a não ser que haja corrupção apenas na polícia e não nos demais órgãos públicos.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, tenho muito respeito por V. Exa. e pelas Polícias Militar e Civil de Minas Gerais. O fato de o Ouvidor da Polícia de Minas Gerais abrir um espaço para denúncias de corrupção não é ofensa alguma. Se V. Exa. constatar que também existe corrupção em outros setores, deveríamos cobrar deles os devidos esclarecimentos. Caso contrário, com a justificativa de que há corrupção em outros setores, nada será esclarecido.

O Ouvidor-Geral da Polícia é merecedor de todo o respeito, carinho e atenção da população de Minas Gerais, pois está preocupado em combater a corrupção na área que lhe cabe defender, promover e dignificar. As Polícias Militar e Civil de Minas Gerais não ficarão melhor se o Disque-Denúncia for banido. A atuação do Ouvidor é exemplar e deveria servir de motivação para que outros setores mobilizassem suas ouvidorias com o objetivo de combater a corrupção.

Não podemos aceitar do Presidente da República, do Governador do Estado nem de nenhuma Assembléia Legislativa que sejamos coniventes e omissos diante dessa grave situação.

As Polícias Militar e Civil merecem nosso respeito e devem ser valorizadas, dignificadas, pois constituem o setor armado do Estado. Se existe corrupção em qualquer lugar que seja, deve ser combatida com muito maior vigor. A estrutura armada que sustenta, que é própria da Polícia Militar, exige dela uma postura mais exemplar.

Contrapondo-me, com muito respeito, às suas considerações, entendo que o Ouvidor-Geral da Polícia é merecedor de nosso respeito e aplauso, pois está fazendo algo absolutamente necessário no Estado e no País. Sua função é promover, defender e criar uma polícia exemplar para Minas Gerais. Ele não poderia criar o Disque-Denúncia para o setor fazendário nem para outros setores do Estado. Sua função está sendo cumprida e merece nosso aplauso. A única forma de constituirmos uma sociedade solidária e pacífica é promovendo, valorizando e reconhecendo os direitos humanos.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço o aparte do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Estamos num parlamento democrático.

Respeito a opinião do nobre Deputado Adelmo Carneiro Leão. Se o Ouvidor tem realmente a intenção de propagar o Disque-Corrupção, que seja o Disque-Corrupção, e que o defenda publicamente para todos os segmentos da sociedade, porque ele é um homem público. Se, de fato, tivesse interesse, não acolheria, na sua estrutura, um Delegado de Polícia e um Oficial da Polícia Militar porque, quando as denúncias vierem de alto escalão, não serão levadas a termo da forma que deveria. Conhecemos essa realidade de perto. Portanto, volto a insistir: se se quer fazer Disque-Corrupção, é Disque-Corrupção para todo o mundo. Se não for assim, o próprio Ouvidor de Polícia, em nosso entendimento, estará violando os direitos humanos dos policiais, porque não são apenas eles que são corruptos neste Estado e no País. Há muita gente corrupta. Precisaria de mais Disque-Corrupção para muitos no País. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputados da Mesa, demais parlamentares, inicialmente, com palavras carinhosas, dirijo-me às nossas queridas Deputadas Ana Maria, Elisa Costa, Lúcia Pacifico, Cecília Ferramenta, Jô Moraes, Maria Olívia, Maria Tereza Lara e Vanessa Lucas, a quem, neste dia tão especial, rendemos nossas sinceras homenagens pelo Dia Internacional da Mulher. Estendo o cumprimento às minhas queridas servidoras e companheiras Dulcinéia, Socorro, Fernanda, Teresinha, Célia, Jéssica e Elma. Por intermédio delas, rendo homenagens a todas as mulheres que prestam seus valiosos serviços na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Este é um dia muito significativo para todos nós.

Sr. Presidente, gostaria de tratar de vários assuntos, mas abordarei inicialmente a nossa participação, como representante do Presidente Mauri Torres, na abertura do I Seminário de Garantia e Promoção dos Direitos da Mulher. Foi uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, na pessoa da Dra. Marlene de Oliveira Neri, dinâmica e incansável Defensora Pública-Geral. Nesse encontro importante, fizemos uma reflexão direcionada à violência da mulher. Vários assuntos foram abordados, e testemunhamos, desde as primeiras horas de ontem, grande movimentação de todos os Defensores, estagiários e pessoas ligadas ao direito, ou seja, os que operam na Defensoria Pública, órgão que se posiciona como verdadeiro guardião dos interesses da sociedade como um todo e, particularmente, os das camadas mais carentes. Devido aos valiosos Defensores Públicos, fizemos essa reflexão e obtivemos vários contatos e ensinamentos. Foi uma troca de experiências com todos os balizados mestres do direito que operam no campo da tutela jurisdicional, mas que também são vinculados à Defensoria Pública. Mais uma vez, rendo minhas homenagens a esse órgão. Desde que assumimos o nosso primeiro mandato, comparecemos nesta tribuna para defender as suas ações, sua autonomia e sua independência, demonstrando efetivamente sua visão do Estado moderno, do Estado de direito.

Nas comarcas mais longínquas deste Estado, a Defensoria tem sido a sementeira da paz e da concórdia, buscando sempre discussões por caminhos convergentes, garantindo paz social a cada família e a cada comarca.

Sem dúvida, um encontro dessa natureza, promovido ontem pela Defensoria Pública de Minas Gerais, revestiu-se da maior grandeza e magnitude possível. Ontem, no Fórum Lafayette, reunimo-nos com mais de 400 Defensores para refletirmos sobre ações direcionadas à mulher, ou seja, à mulher mãe, defensora e liberal, que no dia-a-dia enfrenta dignamente as suas tarefas para a construção deste mundo.

Cabe a nós, parlamentares, sempre que chamados, buscar efetivamente ações necessárias ao resgate de uma Defensoria plena. Desde o ex-Presidente Itamar Franco, ela dá autonomia e condições para que se possa desenvolver no seio das suas comunidades. Mais uma vez, ressalto a importância da Defensoria Pública.

Há poucos dias, apresentou-se uma lista de mais de 100 aprovados no último concurso. Dezenas de candidatos acreditam firmemente no propósito da Defensoria Pública do nosso Estado, unidos pelo direito constitucional e por todos os campos do direito. Ouvimos a mensagem do nosso Governador garantindo autonomia e condições de funcionalidade para a Defensoria-Geral do Estado.

Manifesto a satisfação do povo sul-mineiro, particularmente da nossa linda Poços de Caldas, cujo Prefeito é o nosso querido Sebastião Navarro Vieira, por ter recebido, na semana passada, visitas ilustres. Lá, comparecemos com o nosso Governador e o Senador Azeredo para participar de um encontro de cidades-pólo. Isso representa um grande avanço para o municipalismo e os municípios que buscam, acima de tudo, ações concretas e realizadoras, com projetos que construam uma estrutura governamental. Lá, o Governador demonstrou a sua preocupação com a segurança do nosso Estado. Em nossa querida Poços de Caldas, percebemos a preocupação do Governador em lançar projetos estruturantes que garantam a segurança civil e militar. Vários ex-Prefeitos estiveram presentes, e Prefeitos das cidades-pólo apresentaram projetos. Numa reflexão de três dias, apresentaram a "Carta de Poços" ao Governador, apontando vários questionamentos, desde o Projeto Novo Somma, que, certamente, apresenta nova linha de financiamento em favor dos municípios que hoje têm dificuldades financeiras em decorrência da mudança da administração, e a liberação de outro recurso - novo Projeto Somma - para a aquisição e a compra de veículos direcionadas ao patrimônio municipal.

Sr. Presidente, sem dúvida, como Deputado municipalista, da mesma forma que muitos que aqui se encontram, reputo esse encontro da maior grandeza. Lá, o próprio Governador pode ouvir e responder os reclamos dos Prefeitos.

Neste momento, registro a nossa solidariedade com Governador Valadares e nosso querido Bonifácio Mourão, que tem passado dias difíceis devido às fortes chuvas.

Mesmo assim, projetos estão sendo implantados na construção de municípios fortalecidos com a ajuda do Governo Estadual e do Governo Federal.

Hoje, o Governador está discutindo ações importantes sobre contribuições tributárias e financeiras em favor de Minas, particularmente na reforma tributária, em Brasília, com o Ministro Palocci, para que a contribuição tributária de todos aqueles que procuram o engrandecimento do nosso Estado não seja tão perversa como está sendo hoje.

Os municípios têm sido e sempre serão a célula "mater" do Estado. Que nós, Deputados, busquemos os enfrentamentos necessários. Conseguimos aprovar a Frente Parlamentar em Defesa do Municipalismo, e quero renovar neste momento, Sr. Presidente, a necessidade da criação dessa frente em defesa dos municípios mineiros. Estamos acompanhando em Brasília a presença de três a quatro mil Prefeitos que buscam soluções, particularmente na divisão da reforma tributária, com um aumento de arrecadação e nos repasses direcionados a cada município. Sabemos que os repasses têm sido cada dia menores. Os Prefeitos têm tido dificuldade de governar. Tenho certeza de que essa frente, nascida e produzida na Assembléia Legislativa, vai ao encontro dos interesses de todos os Prefeitos e será um amparo muito importante. Há pouco tempo, tivemos em grande momento dos Prefeitos nesta Assembléia. Estamos iniciando essas discussões para que o município cobre e exija sua participação efetiva, para que o repasse seja condizente com sua realidade municipal. Após a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Municipalismo, teremos uma grande contribuição a prestar.

Quero ainda, Sr. Presidente, registrar que, na manhã de ontem, foi instalado o Seminário da Estrada Real. O Projeto Estrada Real está sob a responsabilidade do caríssimo mestre Dupeyrat(?), do Instituto Estrada Real, da FHIEMG e da Secretaria de Turismo, tão bem comandada pelo Secretário Herculano Anghinetti. No SESIMINAS tivemos o encontro de instalação do seminário com a presença do Ministro Walfrido dos Mares Guia, discutindo os projetos estruturadores para a Estrada Real. Já foram repassados R\$5.000.000,00, destinados a questões técnicas e culturais. Mas isso não basta. É necessário efetivamente que tenhamos estradas e segurança. Várias ações estão sendo discutidas juntamente com o Governo Estadual na busca de ações concretizadoras com mais de 165 municípios mineiros. Na Estrada Real, temos municípios do Estado de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro. É um grande projeto iniciado em 2001. A indústria do turismo vem gerando emprego e renda.

Ontem, por meio do seminário, o projeto foi aberto pelo Ministro Walfrido dos Mares Guia, com a presença do nosso Secretário Herculano Anghinetti, e temos certeza absoluta de que teremos condições de gerar empregos, em um futuro próximo, nesses municípios que compõem a Estrada Real.

Estamos vivendo momentos importantes e estamos preocupados com a situação nacional, com o cumprimento do pacto federativo. Teremos que nos desdobrar e fazer uma discussão mais abrangente por meio de várias frentes do cooperativismo. Nossa Assembléia Legislativa deu um passo fundamental no ano passado ao criar a Comissão da Cafeicultura, cujo Presidente foi o Deputado Paulo Piau e de que tive a honra de ser o relator. Agora estamos vendo que as sugestões apresentadas pela Casa estão se tornando realidade no plano do Governo Federal, depois de vários pleitos nossos junto ao Ministro e ao Secretário de Agricultura.

A Assembléia Legislativa tem-se pautado por suas ações, pois somente o parlamentar poderá ser o porta-voz de seu município, de sua região, trazer suas reivindicações e torná-las concretas.

Sr. Presidente, a Comissão da Cafeicultura, sem dúvida, foi uma das mais importantes da Casa, e hoje podemos ver a elevação do valor do café. Felizmente, nossos cafeicultores estão mais tranquilos, e é preciso registrar que os apelos feitos ao Governo Federal vêm sendo paulatinamente atendidos, principalmente os referentes a refinanciamentos, prorrogações de débitos e lançamento de novos projetos financeiros para os produtores rurais.

Quero manifestar nossa alegria por poder registrar esses momentos que estamos vivendo, na certeza da contribuição para que haja dias melhores em nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas - a quem homenageamos pelo Dia Internacional da Mulher -, senhoras e senhores que nos vêm das galerias e pela TV Assembléia, imprensa e funcionários da Casa, por que o Dia Internacional da Mulher? No dia 8/3/1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve e ocuparam a fábrica, reivindicando a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias que, na sua jornada, recebiam menos que 1/3 do salário dos homens, foram fechadas nessa mesma fábrica, onde, entretanto, declarou-se um incêndio. E ali cerca 130 mulheres morreram queimadas.

Em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas operárias, comemorar o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Essa data tem o objetivo primordial de chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher, além de levar a uma tomada de consciência para o valor da pessoa, perceber o seu papel importante na sociedade, contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à mulher, ao longo da história.

Portanto queremos homenagear todas as mulheres mineiras, brasileiras e de todos os países por seu dia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, segundo o "Dicionário Houaiss", "monopólio" significa: "comércio abusivo que consiste em um indivíduo ou grupo tornar-se único possuidor de determinado produto para, na falta de competidores, poder vendê-lo por preço exorbitante". Lamentavelmente, a Companhia Vale do Rio Doce tem exercido monopólio sobre o mercado de minério de ferro no Brasil, especialmente em Minas Gerais.

No quesito transporte, a Vale detém o monopólio da Ferrovia Centro-Atlântica, da Vitória-Minas, e tem uma importante participação na Estrada de Ferro Carajás, além de estar pleiteando também o monopólio da Ferrovia Norte-Sul - FNS. Tem ainda todo o sistema portuário do Estado do Espírito Santo: Tubarão, Samitre, Praia Mole e Ubu, e Sepetiba e Ilha da Guaíba, no Rio de Janeiro, e o porto de Santos, portos especializados no transporte de minério de ferro, ferro-gusa e derivados sob o seu controle. Dessa forma, os pequenos mineradores não conseguem acessar a infra-estrutura de transporte que levaria o minério de ferro ao porto, como também as empresas de alto-forno, que transportam o seu ferro-gusa, não conseguindo a exportação, porque estão cerceados em seu direito de concorrência pela Vale, que detém o gerenciamento das ferrovias, minerodutos e portos.

Com isso, a Vale do Rio Doce estaria praticando um oligopólio nocivo ao País, visto que muitas empresas têm falido por não resistir às pressões e à dependência pela logística no transporte, conforme informa o professor e economista gaúcho Moacir Saraiva, autor de um estudo sobre as ferrovias brasileiras, de acordo com matéria divulgada na revista "CNT", da Confederação Nacional dos Transportes de fevereiro de 2005. Ele diz ainda: "A Vale do Rio Doce montou uma rede poderosa e monopolista ao controlar a Vitória-Minas, a Ferrovia Centro-Atlântica - FCA - e deter uma relevante participação na MRS Logística. A Vale administra ainda a Estrada de Ferro Carajás. Embora tenha assumido o compromisso com o Ministério dos Transportes de dar transparência às informações, permitindo um acompanhamento por parte do poder concedente, tal comportamento não é praticado.

Um técnico do Ministério dos Transportes afirmou à mesma revista "CNT" o seguinte: "O instrumento de fiscalização tem se mostrado ineficaz", e reconheceu a enorme influência da empresa no modal ferroviário.

A Companhia Vale do Rio Doce está presente em 13 Estados brasileiros, e, em seu "site", está sendo divulgado que: "A Vale mantém a postura de relacionar-se cada vez melhor com seus diversos públicos, como clientes, fornecedores e parceiros...", o que não está ocorrendo, que eu saiba, pelo menos no Brasil.

Pode-se constatar que impor aumento de preços a seu bel-prazer não estabelece boa relação com o público, e ter o monopólio de um segmento também não significa isso.

De acordo com pequenas siderúrgicas, após a Vale do Rio Doce ter adquirido a Companhia Ferteco e a Caemi, tornando-se proprietária dos portos para escoamento da produção de minério, elas se encontram nas mãos da Vale, pois, se não fizerem acordos e não aceitarem de bom grado o preço das tarifas, arriscam-se a ficar sentadas em toneladas de gusa. Segundo os guseiros, essa prática da Vale tem levado alguns mineradores e produtores de ferro-gusa a firmar contratos de venda em longo prazo com ela, tornando-se praticamente prestadores de serviços e deixando de comercializar livremente o seu produto, pois, se não aceitarem, estarão fadados à falência.

Vinte e quatro produtores de ferro-gusa e mineradoras, instalados no Quadrilátero Ferrífero, dependem dos sistemas portuários controlados pela Vale do Rio Doce, ficando totalmente suprimidos no seu direito de livre concorrência. Dessa forma, têm aceitado entregar para a CVRD sua produção, que poderia alcançar no mercado externo US\$30,00 a tonelada de minério de ferro, enquanto a Vale paga US\$1,0 a tonelada, o que é, no mínimo, uma exploração aviltante. Foi desse jeito que a CVRD alcançou um lucro altíssimo em 2004 e continua obtendo-o. Os pequenos mineradores, apesar de contrários ao preço extremamente subfaturado pago pela Vale, acabam aceitando-o, tendo em vista que o minério de ferro, caso espalhado no meio ambiente - como, às vezes, é desejo deles -, ficaria sujeito à pressão das leis ambientais. Quando eles não aceitavam a imposição da Vale, a Companhia justificava, segundo eles, que não realizaria o transporte, pois estaria dando preferência ao seu próprio escoamento.

O monopólio das ferrovias causa também prejuízos a outros setores das indústrias extrativa e agropecuária, visto que, detendo a malha ferroviária, não há interesse no transporte dos produtos. A produção de grãos, por exemplo, poderá sofrer sérios riscos, por serem produtos perecíveis, se houver uma dependência da boa-vontade da Vale do Rio Doce em transportá-los. Caso não ocorra uma clara definição e regras bem detalhadas no transporte ferroviário, passaremos a ter uma ferrovia servindo a um único cliente, a própria CVRD.

O Governo Federal tem que agir rápido, pois o povo de Minas não pode esperar mais. Muitos pais de família estão perdendo o emprego em decorrência da falência de pequenas siderúrgicas. Citamos, por exemplo, o que aconteceu no Centro-Oeste do Brasil, quando um produtor perdeu milhões de reais pelo fato de não ter escoado sua produção de soja enquanto o preço estava no pico. A demora imposta pela Vale trouxe sérios prejuízos, pois, quando o produto foi embarcado, o preço já não estava competitivo no mercado. A doutrina adotada pela Vale, segundo afirma o economista João Álvaro Dante, especialista em logística, está atingindo seriamente a indústria de exportação de grãos, considerando que as linhas estão sempre ocupadas com o transporte de minério de ferro da Vale. E, quando ela se prontifica a realizar o transporte de grãos, eleva o preço das tarifas, triplicando o seu valor. A CVRD acumulou um lucro de R\$4.900.000.000,00 somente nos nove primeiros meses de 2004. É um ótimo feito econômico, sem sombra de dúvida, mas a que preço? Explorando os pequenos mineradores?

Gostaria ainda de levar o meu apelo ao Governador Aécio Neves e ao Secretário Wilson Brumer para que eles se esforcem para trazer para Minas Gerais o empreendimento da Thyssenkrupp e da Vale do Rio Doce, denominado Companhia Siderúrgica do Atlântico, cuja implantação está sendo anunciada para a cidade de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. Essa companhia será a maior do Brasil em seu segmento, com a capacidade de produção de 4.000.000t por ano de placas de aço, com um investimento de U\$1.500.000.000,00.

Esse empreendimento foi apresentado no Palácio das Laranjeiras, onde o Governo do Rio de Janeiro enfatizou que aquele Estado será o maior pólo siderúrgico brasileiro. Acontece que no Rio de Janeiro não há produção de minério de ferro, e eles pretendem levar o nosso minério de ferro para ser beneficiado na empresa a ser instalada naquele Estado. Podemos salientar que a própria Governadora Rosinha Mathews, recentemente, brigou com a PETROBRAS, que queria levar o petróleo de Campos para ser beneficiado em São Paulo. Na época, a Governadora "pegou pesado" com a PETROBRAS, alegando que o petróleo era deles e que deveria gerar empregos naquele Estado.

Também foi anunciado pela mídia que a Vale do Rio Doce reajustaria em 71,5% o minério de ferro no final do mês de fevereiro de 2005. Segundo o jornal "Diário do Comércio", a mineradora brasileira chegou a solicitar um reajuste de 90%, negado pela EUROFER, entidade que congrega os principais siderúrgicas europeias. O minério de ferro é o produto inicial para a fabricação do aço. E do aço, senhoras e senhores, são derivados os principais produtos usados em nosso dia-a-dia, como automóveis, geladeiras, fogões, e tantos outros das mais variadas utilidades. Se o preço do minério de ferro aumenta, com certeza acarreta aumento de preços em outros incontáveis bens de consumo, gerando aumento da inflação, queda na produção, desemprego, etc. Portanto, não podemos deixar que a Vale continue com sua política monopolizadora. Solicitei a realização de uma audiência pública nesta Casa Legislativa para discutir, urgentemente, essa preocupante questão, e espero, desde já, contar com o apoio de todos os meus pares em mais esta luta que me proponho a realizar em benefício do povo de nosso Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Sras. Deputadas - aproveito para cumprimentá-las e a todas as mulheres por este dia importante em que todos as reverenciam -, Srs. Deputados, público, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, causas nobres são sempre bem-vindas,

sobretudo quando nascem de ações individuais desprendidas de interesses escusos, solitárias na sua essência, mas de uma praticidade tal, que só os que estão realmente sintonizados com o clamor popular são capazes de entender o sentimento da maioria da população.

Na semana passada, tivemos um bom exemplo de uma dessas causas, que, por sua nobreza, atraiu não só a solidariedade das pessoas, como também a atenção da mídia. Trata-se da ação solitária de uma professora que passou o dia a recolher assinaturas de transeuntes, no Centro de Belo Horizonte, contra o aumento salarial proposto pelo Presidente da Câmara Federal para os Deputados dessa Casa Legislativa. É bom que se diga que o referido aumento não era apenas para os Deputados, mas para os membros do Poder Judiciário e, por efeito cascata, para os Legislativos Estaduais e Municipais.

Hoje, no País, poucas coisas são tão consensuais como a ojeriza a aumento de impostos e de salários para segmentos da sociedade que já são relativamente bem-remunerados, sobretudo os que podem legislar em causa própria; entretanto, é impressionante que a sociedade se mobilize em diversos pontos do País contra a malfadada proposta de aumento e se cale sobre outros temas tão gritantes que versam em essência sobre o mesmo tema. Por que o silêncio eloqüente, nacionalmente, sobre o lucro dos Bancos? Na prática, a custo de um brutal aumento de preços e tarifas, os gigantes do setor obtiveram lucros estratosféricos em troca de um serviço cada vez mais impessoal e com taxas de juros escorchantes - as maiores de toda a história do País.

Talvez a explicação mais simples seja que as pessoas estão fartas de afronta. No caso do Presidente da Câmara dos Deputados, a reação da população foi proporcional à maneira agressiva com que a proposta de aumento veio à tona. O tradicional "fi-lo porque qui-lo", ou seja, "se quero, faço", atraiu a ira generalizada e provocou uma reação em cadeia que desembocou naquilo que realmente deveria ocorrer: o aumento não saiu.

No caso dos Bancos, a discricão é a alma do negócio, mas eles não são os únicos. O que dizer do aumento de 59% do Executivo Municipal e do primeiro escalão da Prefeitura de Belo Horizonte? Discricão aqui não é a palavra correta, a não ser pelo recolhimento do Chefe do Executivo Municipal em se manifestar sobre o tema. Na verdade, trata-se de omissão escandalosa da sociedade, dos setores organizados e da mídia em relação a esse aumento dado ao alcaide do município e a seus auxiliares diretos. Não importa se se paga mais ao Chefe do Executivo de Belo Horizonte do que ao Governador do Estado. O Chefe do Executivo de Belo Horizonte passa a receber, retroativamente a janeiro de 2005, R\$16.000,00, e o Governador recebe R\$10.000,00.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado João Leite, parabeno-o pelo pronunciamento. Há uma semana, tomei conhecimento desse aumento e preocupei-me muito. Ele foi realizado da forma como esta Casa se encontra, praticamente às escuras, quando, no final do ano passado, o Prefeito Fernando Pimentel enviou um projeto.

Em um momento como este, em que a pressão popular vem contra todos os membros do Poder Legislativo, em virtude de um aumento de salário que estava sendo ventilado pelo novo Presidente da Câmara e pelos Senadores, além do aumento pretendido para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, é muito interessante que o Prefeito de Belo Horizonte, que é do partido do Presidente Lula, do PT, que defende a bandeira do funcionalismo público, venha agora com essa questão. Sabe-se que o funcionalismo público federal recebeu 0,1% de aumento; no entanto, o Prefeito de Belo Horizonte, que é do PT, concede a ele e a seus Secretários um aumento de 59%, um absurdo.

Essa não é a nossa maior vergonha, Deputado João Leite, mas o fato de a mídia de Belo Horizonte e do Estado ter-se calado. Tive de pesquisar, buscar informações em jornais de outros Estados, já que os nossos não tiveram a sensibilidade, a coragem de dar ciência desse fato à população de Belo Horizonte. Fica o meu protesto contra o Prefeito e seu secretariado em virtude da medida antipopular que tomou nos últimos dias de seu Governo. A partir de janeiro deste ano, receberá um salário - como disse V. Exa. - maior que o percebido pelo Governador do Estado. Parabéns! Conte comigo nessa batalha. Vamos lutar para que o Prefeito volte a receber o salário que merece, ou seja, menor que o percebido pelo Governador do Estado. Obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Gustavo Valadares, pela contribuição. Atento, pesquisou o fato em jornais de outros Estados.

Como dizia, não importa se se paga mais ao Chefe do Executivo municipal do que ao Governador do Estado; não importa se o aumento custará R\$500.000,00 por mês aos cofres municipais, se no País ninguém consegue aumento dessa magnitude, sobretudo o funcionalismo público. Afinal de contas, Deputado Miguel Martini, qual é a justificativa para esse aumento? O que mudou na realidade do Município de Belo Horizonte? A arrecadação aumentou? A cidade respira ares de investimentos e apresenta grande crescimento? As perguntas procedem, pois aumentos salariais deveriam, em última instância, ser um prêmio à eficiência e à competência, evidentemente respeitando as limitações orçamentárias.

Se é verdade que a administração municipal é eficiente e competente, por que os benefícios não são compartilhados com seus servidores? Por que os servidores da Prefeitura de Belo Horizonte, que são os verdadeiros operadores do serviço público, a despeito de enfrentarem péssimas condições de trabalho, sobretudo nos centros de saúde, não receberam também esse aumento? Essa decisão afronta um dos princípios basilares da administração pública: a moralidade. Passa longe do alto clero da Prefeitura o ideal da moral universal que inspirou Kant: "Faze com que tua conduta possa ser uma conduta universal".

Por fim, talvez tenhamos a chave de tudo: "seria o silêncio atual um recibo da sociedade para a citada administração?" O milagre da propaganda atingiu o inconsciente coletivo, que faz do homem prisioneiro de uma prática sistêmica, na qual a alienação política e a falta de criticidade dão o tom da regência. Assim, talvez a conclusão em que nos levam a acreditar seja: ele merece. Merece mesmo? Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, telespectadores, em nome do Bloco PT-PCdoB, homenagem as mulheres, neste dia, pelos avanços conquistados, como a liberdade e o direito ao trabalho remunerado, quebrando preconceitos machistas. Ainda há muito que avançar, principalmente no que se refere às políticas públicas em favor da saúde da mulher. Nesse ponto, a mortalidade materna e a infantil ainda são uma vergonha nacional, e precisamos avançar.

É necessário, ainda, diminuir a violência contra a mulher, especialmente a que parte dos homens. Certamente, a ação conjunta da sociedade e do poder público dará mais dignidade e condições de vida para que as mulheres possam ter seus filhos com segurança.

Volto ao assunto que abordei em meu primeiro discurso neste parlamento. Tratei da questão da saúde em Minas e da Emenda Constitucional nº 29.

No dia 25 de fevereiro deste ano, logo após esse pronunciamento, o jornal "O Tempo" publicou: "Saúde pede socorro: serviços de alta e média complexidade estão ameaçados em vários municípios do interior, e o Governo Estadual quer mais R\$37.000.000,00 da União". Entrevistou-se também o Secretário da Saúde, Marcus Pestana.

Quero dar continuidade a esse debate a respeito da saúde, da Emenda Constitucional nº 29, dos recursos para a saúde e da gestão desses recursos; a respeito dos conceitos de SUS, o que é uma rede de saúde; sobre o que são promoção e prevenção de saúde. E, por outro lado, sobre a questão do atendimento aos agravos da saúde.

Há muitos anos, um grupo seleto de brasileiras e brasileiros vinha lutando para que houvesse vinculação dos recursos públicos para atenção à saúde. Foi uma luta de muitos anos para, primeiro, garantir na Constituição a universalidade, a integralidade e o acesso de todos os brasileiros ao serviço de saúde. Essa foi a primeira vitória. O segundo passo foi garantir a aprovação da Lei nº 8.080, que constitui o SUS e seu formato inicial, e a Lei nº 8.142, que constitui os conselhos de saúde nacional, estadual e municipal; e várias outras leis decorrentes dessa. Mas a luta continuava para se obter a vinculação dos recursos. De que adiantam bons projetos se não temos recursos públicos para garantir a implementação das ações e dos projetos na área da saúde?

Um grande movimento nacional, em setembro de 1999, consegue a aprovação da Emenda nº 29, que vincula recursos da União, dos Estados e dos municípios. Esses milhares de brasileiros que conseguiram aprovar essa emenda, na sua luta do dia-a-dia para garantir o direito à vida e à saúde aos cidadãos brasileiros, preocupam-se, neste momento, com os rumos dos programas de saúde para o Brasil.

Durante a elaboração da Constituição, conquistamos um excelente horizonte, com a implementação do SUS com equidade e universalidade. Todos os brasileiros têm direito ao serviço de saúde e a todos os benefícios relacionados às complexidades. Não somente à saúde básica, mas à mais complexa.

Duas posturas nos têm preocupado e dificultado a implementação do que foi conquistado na Constituição e em outras leis que se seguiram. Primeiro, o descumprimento da legislação vigente; segundo, a reinvencão de alternativas ilegais ou perfunctórias, que não trazem solução desejada pela população. Há muita reinvenção, como se tivéssemos que reinventar a roda, como se o sistema de saúde não fosse estudado e implementado em outras regiões, como se não pudéssemos nos basear nas suas experiências positivas.

E o desafio de implementação do SUS continua, porque deve ser adaptado ao tempo e ao lugar neste Brasil multifacetado ou nesta Minas Gerais multirregionalizada.

Não temos um Brasil nem uma Minas Gerais exclusivos, uníssonos, com uma característica; pelo contrário, temos regiões muito diferenciadas. Portanto, faz-se necessário tomar conhecimento das diferentes características para a implementação de um SUS que se adapte às diversas regiões.

Do ponto de vista da legislação, há 46 artigos na Constituição Federal que tratam do SUS, 36 leis editadas a partir da Lei nº 8.080 e 2 decretos que orientam a implementação do SUS. Na prática, há um discurso de valorização da atenção básica e da necessidade da prevenção e da promoção. Mas, do ponto de vista do financiamento, há aumento para as ações de maior complexidade, normalmente mais onerosas para o erário público. Esse fato compromete a promoção, a prevenção e os agravos iniciais, menos agudos, que comprometem a saúde do paciente.

Uma das grandes discussões gira em torno do Programa de Agentes Comunitários da Saúde e do Programa de Saúde da Família. O Deputado Domingos Sávio, como Prefeito de Divinópolis, teve oportunidade de vivenciá-los.

O programa de atenção e de agentes comunitários muda o conceito da relação entre o médico e o paciente e entre as autoridades e o público que necessita de atenção, pois ele reumaniza. Os agentes vão às casas das pessoas, conversam, colhem informações para identificar os possíveis focos de agravos à saúde, que, muitas vezes, não são identificados pela família. Essa é uma forma de agir integralizada. Ao invés de o paciente buscar atenção médica, os agentes de saúde vão às suas casas conhecer o ambiente e as causas das doenças, da epidemiologia. Todas as pessoas são visitadas por essas equipes de saúde, especialmente pelos agentes de saúde, a quem rendemos homenagem pela sensibilidade e pela percepção.

O Programa de Agentes Comunitários, para dar certo, necessita ser único para o Brasil; o seu financiamento tem de ser descentralizado para os fundos municipais de saúde; e os seus agentes devem ser capacitados.

Sr. Presidente, vimos muitos agentes de saúde serem indicados politicamente, e, muitas vezes, eles não eram capacitados. Então, corremos o risco de considerar o programa uma panacéia, caso os visitantes não sejam capacitados e não consigam registrar informações precisas para um correto diagnóstico.

Portanto, os agentes de saúde precisam ser capacitados e a sua indicação deve ser técnica, e não política, forma que tem sido utilizada, em várias situações, por Prefeitos, Secretários de Saúde, Vereadores e padrinhos. O problema é muito sério. O programa é fundamental, fantástico quanto à prevenção e à promoção; no entanto, em várias regiões, ele está sendo questionado. Há o risco de compararem o agente a uma cesta básica para a população mais pobre, sem a integração com a média e a alta complexidade. Digo sempre que todo agente de saúde, ao se encontrar com a família, depara-se com as doenças. Por isso deve ter uma rede referenciada, de complexidade secundária, e às vezes, até terciária.

Diante da situação, é preciso, às vezes, encaminhar o caso a um especialista. Se a gravidade for maior, talvez seja preciso encaminhá-lo ao pronto-atendimento. Então, não adianta o agente de saúde visitar as famílias e identificar problemas, se não houver uma rede de média ou alta complexidade. Logo, o agente de saúde não pode ser como uma cesta básica, que atende ao pobre, mas não resolve o seu problema.

Por último, refiro-me às contratações desses agentes, que devem ser feitas de acordo com a Constituição Federal, ou seja, por tempo determinado, podendo ser renovadas uma única vez. É preciso definir a forma de contratação, pois os contratados não têm direito a fundo de garantia, 13º salário, 40% de indenização quando forem dispensados, enfim, não têm direito a nada. Como se vê, a contratação dos agentes apresenta certa precariedade. É necessário encontrar uma saída. Talvez a terceirização represente essa saída, já que pelo menos oferece esses direitos trabalhistas.

O Programa Saúde da Família - PSF - também tem de se adequar a cada tempo e lugar. O PSF no interior, em uma localidade rural, é diferente do mesmo programa em Belo Horizonte, Divinópolis ou em outra cidade de médio porte. Técnica e socialmente, é possível fazer essa adequação. Ademais, a situação é financiável. Sabe-se que a maior parte é financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ou seja, faz parte de um sistema integral, com todos os seus níveis. O médico, a enfermeira e, muitas vezes, o dentista fazem parte do PSF, por meio do qual podemos melhorar a forma de atendimento.

Essa discussão se prolongará por todo o ano. Tentaremos colocar de um lado as ações básicas de saúde e o respectivo financiamento, e não apenas a sua capacitação. Do outro lado, colocaremos as ações de alta complexidade, como disse aqui o Secretário de Saúde, Marcus Pestana. Temos de discuti-las; temos de financiar as duas de modo equivalente.

Sr. Presidente, é fundamental também que as ações básicas nunca se incorporem aos programas verticais. Isso tem acontecido, ou seja, não

estão se incorporando aos programas verticais do Ministério da Saúde. As ações básicas, as de média complexidade e as de alta complexidade precisam estar conectadas. O que tem acontecido? Podemos observar que procedimentos de alta complexidade, incorporação de novos medicamentos e equipamentos de alto custo desviam o projeto da atenção básica e da prevenção. Os recursos são gastos na alta complexidade. Temos de fazer essa discussão não só com os atores da saúde, do ponto de vista da técnica, mas também com a população.

Existem inúmeros problemas relacionados aos recursos humanos. Um hospital como o Júlia Kubitschek, por exemplo, possui servidores federais, estaduais, municipais, contratados e, às vezes, alguns desviados de outras instituições. A questão dos recursos humanos também apresenta certa complexidade, que precisa ser resolvida.

Além disso, há ainda o problema do controle social. De certa forma, o Ministério da Saúde tem desrespeitado o Conselho Nacional de Saúde. Como exemplo, lembro que a proposta orçamentária de 2002 não passou pela análise do referido Conselho. Ademais, várias de suas deliberações não foram homologadas pelo Ministério. Assim, é importante dizer que poder fazer é decidir o que fazer de forma adequada a cada município. O meio de fazê-lo são os recursos financeiros correspondentes, arrecadados pelo Ministério da Saúde e de propriedade das três esferas de Governo: União, Estados e municípios.

Sr. Presidente, ficamos preocupados. Por isso trago essa matéria referida pelo Secretário Marcus Pestana, por quem temos grande respeito. Quanto ao orçamento do Estado, está claro o que diz o Conselho Nacional de Saúde, que é formado por um grupo técnico, por representantes da Secretaria de Gestão e Investimentos do Ministério da Saúde, pelo Ministério Público Federal, pelo Conselho Nacional de Saúde, pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde - CONASS -, pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS -, pela Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas.

Esse Conselho Nacional de Saúde, Sr. Presidente, é formado por esses membros respeitados, que definem muito bem o que deve ser recomendado para se gastar nas ações e serviços públicos de saúde e o que não deve ser gasto, o que não deve ser incluído na dotação orçamentária.

Está muito claro, no item 4.2: "Recomendações sobre o que deve ser excluído do conceito de ações e serviços públicos de saúde. Quais sejam: primeiro, gastos com pessoal inativo, ou seja, com o pessoal aposentado do Estado. Segundo, serviços suplementares ao SUS, dedicados, total ou parcialmente, ao atendimento de clientela fechadas, excluídos em função de incompatibilidade com o critério de universalidade de acesso. Por exemplo, os institutos de previdência e assistência à saúde de servidores públicos civis e militares.". Não devem ser incluídos no orçamento. "Terceiro, serviços da dívida, juros e amortizações; quarto, ações de preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente; quinto, ações de saneamento básico de redes públicas e tratamento de água e esgotos, realizadas por companhias, autarquias e empresas de saneamento com recursos provenientes de taxas e tarifas, ainda que venham a ser vinculadas administrativamente às Secretarias de Saúde. Por último, ações de limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos, lixo, realizadas por órgãos municipais específicos ou empresas terceirizadas.".

Então, Sr. Presidente, o Governo do Estado inclui exatamente aquilo que o Conselho Nacional de Saúde diz que não deve ser incluído.

Quero falar sobre a dramaticidade que é a questão do sistema de saúde e da necessidade de vultosos recursos para atender às pessoas que estão nas filas, numa situação de emergência, e que não conseguem ter atendimento adequado.

O que o Governo do Estado colocou no orçamento de 2005? Colocou a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que deveria ficar num orçamento à parte; a Secretaria de Transportes e Obras Públicas, que deveria ficar no seu orçamento; o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, que tem o seu próprio orçamento; a Secretaria de Defesa Social, que também possui seu próprio orçamento; a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; o IPSEMG. O recurso tem de ser consignado no orçamento do IPSEMG, e não na saúde como um todo. Também: o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais, o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, a expansão e o serviço de esgotamento sanitário, assim como também o tratamento de esgoto sanitário pela COPASA, que é empresa estatal, de capital misto. Para terminar: os benefícios previdenciários do IPSEMG, do IMA, da FUNED, da FHEMIG, da HEMOMINAS e da Secretaria da Saúde.

Coloco esse debate sobre o que vai para o orçamento da saúde e o que não deveria ir. Neste ano, se retirarmos esses Institutos, teremos R\$700.000.000,00.

O Secretário Marcus Pestana pede R\$47.000.000,00 para a alta complexidade do Ministério da Saúde. Desse valor, entendemos que R\$700.000.000,00 não devem estar no orçamento da saúde como um todo, mas sim em orçamentos específicos, o que possibilitará adequar gastos com as questões da saúde.

Nos anos de 2002 a 2004, o Governo Federal repassou R\$326.000.000,00 para Minas Gerais. Talvez possa ser repassado mais, e lutaremos por isso.

Acho que é importante termos a clareza de que precisamos de recursos e de que, para tanto, é preciso definir de onde vêm os recursos e para onde vão. O Conselho Nacional de Saúde define com clareza o que deve ser para a saúde, o esgoto sanitário e a Previdência, que seria outra questão. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Domingos Sávio) - Deputado Edson Rezende, a Presidência registra plena solidariedade a suas palavras no que tange à preocupação de V. Exa., que percebo ser também de toda a Casa, quanto à necessidade de haver mais recursos para saúde.

Não tenho dúvida de que, neste semestre, muito haveremos de debater e, mais do que isso, procurar contribuir para o encaminhamento de propostas. Que possamos levar ao Governo do Estado e até mesmo ao Governo Federal sugestões sobre a matéria!

Aproveito a chegada do nosso Vice-Presidente, profundo conhecedor do assunto e profissional de reconhecida experiência e competência na área, Deputado Rêmolo Aloise, que, com certeza, poderá nos ajudar, quem sabe?, na elaboração de um seminário, de um debate mais amplo.

V. Exa., Deputado Edson Rezende, expõe em boa hora, a preocupação com as ações básicas e manifesta também a preocupação com o volume que às vezes se gasta com alta e média complexidades; mas, ao mesmo tempo, vimos recentemente a demonstração de que inúmeras Santas Casas e hospitais prestadores de serviços do SUS estão à beira da falência. Não fosse, às vezes, o equilíbrio que buscamos entre a média e a alta complexidade com as ações básicas, já estariam definitivamente falidos. Porque a baixa complexidade tem uma tabela no SUS, que é extremamente aviltante, chegando a ser massante, para os profissionais da saúde. É preciso discutir essa tabela, o orçamento, enfim, tudo o que V. Exa. expôs em boa hora.

Aproveito também para congratular V. Exa. pela saudação que fez às mulheres hoje, Dia Internacional da Mulher, as quais, sem dúvida, são

fundamentais nas vidas de todos nós e na organização de uma sociedade melhor. Sem elas, somos absolutamente incompletos.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/3/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Edson Rezende

exonerando Maria Lúcia de Azevedo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando Sílvia Regina Melo Ferreira do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando Sylvania Pereira Ferreira do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

nomeando Maria Lúcia de Azevedo para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;

nomeando Sílvia Regina Melo Ferreira para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Sylvania Pereira Ferreira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando Jeferson Nogueira Ibraim do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 4 horas;

nomeando Adair José da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Fabiane Pereira Veloso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Jeferson Nogueira Ibraim para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Marcos Alexandre Figueiredo para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Vilson Ferreira de Barros para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

Gabinete do Deputado João Leite

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 2/2/05, que nomeou Adriana Faria de Souza Rocha Vargas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 4 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Piau

nomeando Danilo Lucas Lemos para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Adservis Multiperfil Ltda. Objeto: Prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação. Objeto do Aditamento: Prorrogação contratual e outros. Vigência: A partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 01.122.001.2-009.0001 33903700.

ERRATA

PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 16.374

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 10/3/2005, na pág. 35, col. 3, no título, onde se lê:

"VETO TOTAL", leia-se:

"VETO PARCIAL".